



# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 083/084

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 17 DE AGOSTO DE 2005

ANO XXX

### Mesa Executiva

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**PEDRO IVO ILKIV**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PP

**ELIO RUSCH**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**PASTOR EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

### Lideranças

Líder do Governo ..... Dobrandino da Silva  
Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni  
PTB ..... Carlos Simões  
PFL ..... Plauto Miró Guimarães  
PSDB ..... Ademar Traiano  
PMDB ..... Antonio Anibelli  
PP ..... Cida Borghetti  
PT ..... Tadeu Veneri  
PDT ..... Barbosa Neto  
PL ..... Mauro Moraes  
PPS ..... Waldir Leite

### Representação Partidária

**PMDB** - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Braddock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **Sem Partido** - 03: Luiz Carlos Martins - Jocelito Canto - Mauro Moraes; **PL** - 02: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 01: Carlos Simões.

**DIÁRIO Nº 083****SUMÁRIO****Mesa Executiva ..... 02****Presenças ..... 02****Abertura da Sessão.....****Expediente:**

Ofícios.....

Requerimentos .....

Projetos de Lei .....

**Pequeno Expediente:**

Dep. Barbosa Neto .....

Dep. Plauto Miró Guimarães .....

Dep. André Vargas´

Dep. Elio Rusch .....

Dep. Elton Carlos Welter .....

Dep. Elza Correia.....

**Horário das Lideranças:**

Liderança do PT:

Dep. Elton Carlos Welter.....

**Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente .....

Discussão / Votação:

Redação Final.....

2ª Discussão.....

1ª Discussão.....

Discussão Única (Indicações)....

Requerimentos.....

**Encerramento da Sessão Ordinária.....****Diretoria Geral:**

Despacho do Diretor.....

**Atas de Comissão**

Constituição e Justiça.....

Tomada de Contas.....

Dir. Humanos, da Cidadania e  
de Defesa do Consumidor.....**078ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 078ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
17 DE AGOSTO DE 2005**

*(quarta-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelos Srs. Deputados Carlos Simões e Geraldo Cartário.

**Presenças:**

Às quinze horas e cinquenta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (48). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Ademar Traiano, Cida Borghetti, Jocelito Canto, Luiz Nishimori, Rafael Greca e Duílio Genari (06).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

**DIÁRIO Nº 084****SUMÁRIO****Mesa Executiva ..... 02****Presenças ..... 02****Abertura da Sessão Ordinária .....****Ordem do Dia:**

Discussão / Votação:

Redação Final.....

1ª Discussão.....

**Encerramento da Sessão Ordinária.....****Publicações:**

## ***Abertura da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

## ***Expediente:***

### ***Ofícios***

Ofício nº 003/2005

Curitiba, 15 de agosto de 2005.

Sr. Presidente:

Através do Protocolo nº 3265/2005, datado de 04 de maio do corrente, o Governador do Estado, Sr. Roberto Requião encaminhou dossiê contra o Deputado José Domingos Scarpellini, sugerindo a esta Casa de Leis e abertura de uma CPI.

Esta Corregedoria solicitou, através do Ofício nº 002/2005 - Protocolo nº 3377 que o Deputado José Domingos Scarpellini apresentasse suas alegações com relação às acusações formuladas pelo Chefe do Poder Executivo Estadual.

O Deputado José Domingos Scarpellini, em data de 10 de maio do corrente, expôs a sua defesa frente às acusações, conforme cópia em anexo.

Esta Corregedoria, após análise, entende que o dossiê apontado pelo Chefe do Poder Executivo não menciona fatos, muito embora junta documentos que possam comprovar a veracidade das afirmações. Contudo o nobre Deputado José Domingos Scarpellini encontra-se amparado pela imunidade concedida pelo artigo 53 da Constituição Federal e pelo artigo 57 da Constituição do Estado do Paraná.

“Art. 53. Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.” (Constituição Federal).

“Art. 57. Os Deputados são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos.” (Constituição do Estado do Paraná).

Ainda assim, não seria de competência desta Casa analisar a matéria, e sim, o Poder Judiciário, mediante queixa, conforme prevê o artigo 145 do Código Penal.

Acerca das ações penais juntadas, independentemente da análise de seus teores, se houvesse algum impedimento digno de ser analisado a matéria teria sido analisada pelo Tribunal Regional Eleitoral, ou no momento da sua diplomação, ou ainda, na sua assunção ao cargo, haja vista que assumiu como suplente.

Após análise da defesa apresentada pelo nobre Deputado, esta Corregedoria opina pelo arquivamento do pedido formulado pelo Chefe do Poder Executivo.

Limitando ao exposto, manifesto, a V. Exa. apreço e consideração.

Sala das Sessões, em 17.08.2005.

(a) LUIZ ACCORSI

Corregedor Geral

OFÍCIO S/Nº

Senhor Presidente:

Pelo presente solicito de V. Exa. que seja remetido à Comissão de Fiscalização e Controle a Prestação de Contas do Exercício de 2003 do Governo do Estado, para análise técnica da referida Comissão.

Sem mais para o momento, agradeço sua atenção.

Sala das Sessões, em 17.08.2005.

(a) NEIVO BERARDIN

Presidente

## ***Requerimentos***

REQUERIMENTO Nº 2344

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 480/2005, que institui o Dia do Profissional de Educação Física, no Estado do Paraná, de sua autoria, cuja data será em 1º de setembro.

Sala das Sessões, em 17.08.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2357

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 468/2005, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que autoriza o Poder Executivo prorrogar cessão de uso de imóvel ao Município de Curitiba.

Sala das Sessões, em 17.08.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 2346

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o arquivamento do Projeto de Lei nº 487/2005 de minha autoria.

Sala das Sessões, em 17.08.2005.

(a) NEIVO BERARDIN

REQUERIMENTO Nº 2320

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que seja marcado horário no Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 21 de setembro próximo, para pronunciamento e exposição do Grito da Terra Paraná 2005, pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 17.08.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### REQUERIMENTO Nº 2359

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o uso das dependências do Plenário desta Casa, para a Sessão Solene em comemoração à Data Nacional da Consciência Negra e dos 310 anos de Imortalidade de Zumbi dos Palmares, no dia 21 de novembro do corrente ano, às 18 horas.

Ressaltamos ainda, que esta comemoração estará completando a 10ª Edição, fazendo parte do Calendário Oficial da Comunidade Afro-Brasileira do Estado do Paraná, realizadas por esta Assembléia Legislativa e pelo Consulado do Senegal.

Sala das Sessões, em 17.08.2005.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

#### REQUERIMENTO Nº 2328

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, solicita os bons ofícios da Mesa Executiva desta egrégia Assembléia, para que seja autorizada sua participação, como representante deste Poder Legislativo, na 2ª Conferência Estadual das Cidades, no Município de Foz do Iguaçu, nos dias 22 e 23 de setembro, onde participarei como delegado.

Sala das Sessões, em 17.08.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O Governo Nacional, por meio de Decreto Federal e do Ministério das Cidades, determinou o início do processo para a 2ª Conferência das Cidades nos Municípios e Estados do Brasil, cujo lema para este ano será **“Reforma Urbana: Cidade Para Todos”**, sob o tema **“Construindo uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano”**.

Nessas conferências, que reúnem os Poderes Executivos e Legislativos, movimentos sociais e populares, entidades de classe, empresários, universidades, ONG's, instituições de pesquisa, entre outros, serão tratadas questões relacionadas ao saneamento ambiental, habitação, planejamento territorial urbano, transporte, mobilidade urbana e trânsito, cujos resultados servirão de base para a proposição de diretrizes à Política de Desenvolvimento Urbano, delineada na conferência de âmbito nacional, a ser realizada em dezembro de 2005.

Além de diretrizes para a Política Urbana Nacional, a expectativa do Ministério é de que as conferências sirvam para a formação de Conselhos das Cidades, tanto

nos Estados como nos Municípios, uma vez que o Nacional já existe desde 2003, com 71 membros, eleitos por delegados designados nas conferências municipais e estaduais realizadas naquele ano.

#### REQUERIMENTO Nº 2342

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, autorização para o Grande Expediente da Sessão Plenária do próximo dia 23 do mês corrente, seja utilizado pelo Sr. Rui da Silva, Coordenador Político da Comissão dos Servidores Públicos do Estado do Paraná, por um período de 30 minutos.

Sala das Sessões, em 17.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2345

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a antecipação da Sessão Ordinária do dia 18 de agosto (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária e a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 17.08.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

#### REQUERIMENTO Nº 2312

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento, do Sr. Cilso Lopes Ribeiro, aos 46 anos, no último dia 10 do mês corrente.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2313

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento, do Sr. Walid Kauss, no último dia 12 do mês corrente.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2314

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo faleci-

mento, do Sr. Roberto Katsumi Takahara, aos 39 anos, no último dia 11 do mês corrente.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2315

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento, do Sr. Lincoln Lima Pradal, aos 39 anos.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2340

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento, do Sr. Luiz Zanin, no último dia 16, aos 80 anos de idade.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2341

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento, aos 90 anos, do Sr. José Raimundo Sobrinho, no último dia 15 do mês corrente.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2319

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Cornélio Martelli, ocorrido ontem, 15.08.2005, no Município de Céu Azul, onde foi Presidente do PMDB.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência aos familiares: Esposa: Rose Martelli, e aos filhos: Algacir, Ademir, Roseli, Elizamara, Alice e Andréa no seguinte endereço: Av. Rubino Pasquetti, 709 - Centro, Município de Céu Azul - CEP: 85.840-000.

Sala das Sessões, em 17.08.2005.

(a) ADEMIR BIER

#### REQUERIMENTO Nº 2361

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento, ocorrido no dia 12 de agosto, do Sr. Ivo Maia Sobrinho.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada, à Rua: Benjamin Braga Filho, nº 157, Centro; CEP: 86.800-000.

Sala das Sessões, em 17.08.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

#### REQUERIMENTO Nº 2311

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações ao Iate Clube de Londrina, pelos seus 47 anos de fundação.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esta entidade à sociedade paranaense.

Requer, ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2327

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal José Alves Pereira e Leni Rodrigues Pereira, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando bodas de prata.

A união do casal iniciou-se com muito amor, e que, por manter as suas raízes no equilíbrio, foi se firmando dia-a-dia, através da convivência ao longo desses anos.

Uma vivência progressiva e madura não tende a acabar, mas amplia-se, uma vez que cada um passa a conhecer vícios e virtudes, manias e costumes do outro. O equilíbrio de amor promoveu a prática da justiça e da bondade, da cooperação e do dever, da afetividade e advertência amadurecidas.

O casamento é uma grande escola e esse casal soube construir seu lar em pilares sólidos, aprendendo a arte do convívio, da fraternidade, da solidariedade, sempre cultivando o afeto e respeito. Sentimos muito orgulho em compartilhar com o casal, sua família e conhecidos, essa data tão importante que está sendo comemorada.

Que, ao renovarem seu matrimônio, Deus, em Seu infinito Amor, os cubra de bênçãos, guiando seus passos e iluminando suas vidas.

Nossos sinceros cumprimentos extensivos aos demais Pares desta colenda Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.08.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 2348

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão Plenária de hoje, votos de congratulações aos Auditores Fiscais da Receita Estadual do Paraná - Turma de 85, pela comemoração do 20º ano de ingresso na carreira, a ser comemorado no Círculo Militar do Paraná.

A carreira de Auditor Fiscal da Receita Estadual representa um dos segmentos do funcionalismo da mais alta complexidade e importância. Os concursos de ingresso são os mais concorridos e de difícil aprovação.

A turma de 1985, em 20 anos, trouxe de forma marcante inúmeros progressos para melhoria dos trabalhos da Coordenação da Receita do Estado, quer seja no desenvolvimento nas tarefas de fiscalização, como também no planejamento de estruturação e gerências das diversas áreas da administração tributária.

Sala das Sessões, em 17.08.2005.

(a) RENI PEREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 2352

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa à Professora Dra. Sheila R. Cercal Santos Leal, pelos relevantes serviços prestados na área jurídica à comunidade acadêmica paranaense.

Sala das Sessões, em 17.08.2005.

(a) CESAR SELEME

#### REQUERIMENTO Nº 2353

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa ao Dr. José Egidio Bianco, pelos seus excelentes serviços prestados na área jurídica à comunidade paranaense.

Sala das Sessões, em 17.08.2005.

(a) CESAR SELEME

#### REQUERIMENTO Nº 2318

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa ao Sr. Antonio Ferreira Correia,

pelos relevantes serviços prestados à comunidade paranaense.

Sala das Sessões, em 17.08.2005.

(a) CESAR SELEME

#### REQUERIMENTO Nº 2354

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa ao Sr. Cezar Santucci, pelos relevantes serviços prestados à comunidade paranaense.

Sala das Sessões, em 17.08.2005.

(a) CESAR SELEME

#### REQUERIMENTO Nº 2308

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Manoel Pedro Gomes.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer, ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2309

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor à Sra. Vera L. Broggi.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esta senhora à sociedade paranaense.

Requer, ainda, que seja dado ciência à homenageada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2310

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor à Sra. Maria de Lurdes Luciano Venâncio.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esta senhora à sociedade paranaense.

Requer, ainda, que seja dado ciência à homenageada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 2321

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor à Professora Francisca Sancevero. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esta senhora à sociedade paranaense.

Requer, ainda, que seja dado ciência à homenageada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 2349

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de aplausos e congratulações ao Tenente Coronel Avelino José Novakoski, pela sua posse como Comandante do Policiamento da Capital - CPC do Estado do Paraná.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao homenageado, no seguinte endereço: Av. Marechal Floriano Peixoto, 1401 - Curitiba-PR.; CEP: 80.230-110.

Sala das Sessões, em 17.08.2005.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

É a homenagem deste Poder a quem contribuiu para a prestação de relevantes serviços junto aos 20 Municípios da área de abrangência do 14º Batalhão da Polícia Militar, em especial ao Município de Foz do Iguaçu, onde executou várias operações de segurança pública, imprimindo com honra e glória seu nome na história do Paraná.

Sua passagem por Foz do Iguaçu como Comandante do 14º Batalhão da Polícia Militar, ficará para sempre marcada pela excelência no desempenho de sua função, exercida com competência e maestria voltada à integração dos comandos, órgãos públicos e segmentos organizados da região.

## REQUERIMENTO Nº 2350

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Maurício Requião, Secretário de Estado da Educação, solicitando a construção de uma quadra de esportes coberta, no Colégio Estadual Flávio Warken, do Município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 17.08.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Desejamos, com a referida proposição oferecer ao corpo discente do Educandário condições para a prática

do desporto e aulas de educação física, bem como o espaço também será utilizado para a realização de diversas atividades e eventos.

## REQUERIMENTO Nº 2351

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Maurício Requião, Secretário de Estado da Educação, solicitando a construção de uma quadra de esportes coberta, no Colégio Estadual Ângelo Benedet, do Município de Santa Terezinha do Itaipu.

Sala das Sessões, em 17.08.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Desejamos, com a referida proposição oferecer ao corpo discente do Educandário condições para a prática do desporto e aulas de educação física, bem como o espaço também será utilizado para a realização de diversas atividades e eventos.

## REQUERIMENTO Nº 2304

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente em caráter de urgência, ao Exmo. Sr. Alfredo Nascimento, Ministro dos Transportes em Brasília, bem como ao Exmo. Sr. Waldyr Ortêncio Pugliesi, Secretário dos Transportes do Paraná, para determinarem com urgência a reparação da ponte na BR-476, num braço do Rio Iguaçu próximo à chegada da cidade de São Mateus do Sul, inclusive, ao menos tapa-buracos na referida rodovia BR-476 que liga a Capital, passando por Lapa, São Mateus do Sul até União da Vitória, que está em péssimas condições de tráfego, na iminência de ser interditada.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência aos Exmos. Srs. Prefeitos Municipais Dr. Miguel Lourenço Horning Batista e Francisco Luiz Ulbrich, Hussein Bakri, respectivamente da Lapa, São Mateus do Sul e União da Vitória, bem como aos Srs. Vice-Prefeitos Mansur de Jesus Daou, Anilton Kwiatkowski Mayer e Warrib Motta, e a todos os Vereadores dos respectivos municípios.

Sala das Sessões, em 17.08.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A ponte na BR-476 sobre o Rio Iguaçu, na chegada da cidade de São Mateus do Sul, que liga inclusive ao bairro Santa Cruz, na Vila Palmeirinha, está interditada com um grande buraco, na iminência de desabamento por falta de conservação, inclusive todo o trecho da mencionada rodovia BR-476 que liga a Capital a União da Vitória, passando por Lapa e São Mateus do Sul, está completamente esburacada, sem conservação

alguma, na iminência de ser também interditada, em cuja rodovia, trafegam em média 1500 veículos por dia.

Vale aqui destacar, antes de mais nada, a importância dos segmentos de transportes de carga e de passageiros para a economia brasileira.

Estatísticas recentes transmitem a magnitude e a gravidade da escalada das estradas e pontes danificadas.

Com efeito, como ligar as unidades de que se compõe esta vasta estrada (BR-476), que permite a circulação de bens de consumo e das pessoas?

Neste século de velocidade, seria, na realidade, um anacrônico, o estadista que não visse na estrada o meio mais importante e mais necessário ao progresso.

Estamos certos que nossas autoridades saberão resolver com urgência a referida pendência.

#### REQUERIMENTO Nº 2306

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente à Câmara Municipal de Curitiba, por meio do Exmo. Sr. Vereador André Passos, do Partido dos Trabalhadores, integrante da Comissão de Defesa da COPEL - Companhia Paranaense de Energia Elétrica, para que seja enviado a esta Casa de Leis o acervo fotográfico referente à luta em defesa da COPEL, atualmente em exposição na Câmara, de acordo com a disponibilidade do cerimonial desta Casa.

Esta iniciativa dignificaria a Assembléia Legislativa, dando importante contribuição ao Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 17.08.2005.

(a) ELZA CORREIA

#### REQUERIMENTO Nº 2322

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião, solicitando informações sobre o prazo de vigência ou a data de vencimento do contrato da SANEPAR, para serviços de água e esgoto, com a Prefeitura de Astorga.

Sala das Sessões, em 17.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2323

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo. Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente desta Casa de Leis, envio de expediente ao Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná, Coronel David Antonio Pancotti, solicitando que a ronda ostensiva na Ilha dos Valadares, Município de Paranaguá tenha seu funcionamento em tempo integral, ou seja, 24 (vinte e quatro) horas.

Vale salientar que a população local está proibida de atravessar a ponte com seus veículos automotores, fazendo o trajeto caminhando até suas residências, e como a ronda ostensiva na Ilha dos Valadares funciona até as 22h00, estando sujeita a ser abordada frequentemente por sujeitos mau intencionados.

Temos a certeza de que o Comando Geral da Polícia Militar, não mede esforços para que a população do Paraná esteja adequadamente segura e protegida, mas como representante dos Municípios do Litoral, principalmente da cidade-pólo, Paranaguá, sempre estaremos contribuindo para melhorarmos a vida das pessoas que residem nesses municípios.

Sem mais para o momento, estreitamos nossos protestos de elevada estima e alta consideração.

Sala das Sessões, em 17.08.2005.

(a) WALDIR LEITE

#### REQUERIMENTO Nº 2324

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo. Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente desta Casa de Leis, envio de expediente ao Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Coronel Mário Yoshio Wako, solicitando que seja reativado o Posto Valadares, localizado na Ilha dos Valadares, município de Paranaguá/PR.

Tal solicitação prende-se ao fato de que, caso ocorra um princípio de incêndio ou acidente grave que necessite da presença do Corpo de Bombeiros, a ação de deslocamento será prejudicada, devido o acesso para a Ilha dos Valadares ser através da ponte de ligação. Com certeza o tempo dispendido comprometerá e muito os trabalhos dos bombeiros.

Temos a certeza de que o Comando Geral do Corpo de Bombeiros e o 2º SGBI Corpo de Bombeiros, não medem esforços para que a população do município de Paranaguá esteja adequadamente segura e protegida, mas como representante dos Municípios do Litoral, principalmente da cidade-pólo, Paranaguá, sempre estaremos contribuindo para melhorarmos a vida das pessoas que residem nesses municípios.

Sem mais para o momento, estreitamos nossos protestos de elevada estima e alta consideração.

Sala das Sessões, em 17.08.2005.

(a) WALDIR LEITE

#### REQUERIMENTO Nº 2325

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo. Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente desta Casa de Leis, envio de expediente à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, REQUERER informações sobre o Programa de Subsídio da Habitação de Interesse Social - PSH, quais os projetos direcionados aos municípios do



Litoral do Paraná, principalmente a cidade-pólo, Paranguá, e qual a previsão para a implantação.

Sem mais para o momento, estreitamos nossos protestos de elevada estima e alta consideração.

Sala das Sessões, em 17.08.2005.

(a) WALDIR LEITE

#### REQUERIMENTO Nº 2333

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER envio de expediente ao Secretário de Estado da Comunicação Social, Airtton Pisseti, solicitando as informações abaixo:

- a relação dos gastos do Estado do Paraná (Administração Direta e Indireta e autarquias), com publicidade e propaganda, de 01/01/2005 até a presente data:

- tal relação deverá vir discriminada por veículo de comunicação (emissoras de rádio e televisão, jornais, revistas, produtoras de vídeo, etc), valor de cada campanha por veículo, o nome do proprietário do referido veículo e data de pagamento.

Sala das Sessões, em 17.08.2005.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO Nº 2355

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião, solicitando a suspensão do processo de estudos para licitação pelo Estado, visando a contratação de empresas para construção de hidrelétricas no rio Tibagi, em função dos problemas apresentados pela EIA-RIMA (Estudo e Relatório do Impacto Ambiental) apresentado ao IAP (Instituto Ambiental do Paraná).

Sala das Sessões, em 17.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2329

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE ao Governador do Estado a seguinte informação referente à Secretaria de Estado da Educação:

1. É verdade que o Ensino Presencial de EJA (antigo supletivo seriado, que hoje conta com 278 escolas autorizadas a ofertá-lo) será gradativamente cessado?

2. Tem cabimento as informações do documento anexo, distribuído na Assembléia por professores inquietos?

Sala das Sessões, em 17.08.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O ensino supletivo seriado aumenta a igualdade de oportunidades para todos.

“Exmo. Sr. Deputado:

Sabedores de vossa preocupação com os destinos do nosso Paraná e a retidão que rege vossas ações na Assembléia Legislativa, nós, professores do Colégio Estadual Tiradentes desta capital, especificamente dos cursos presenciais de Educação de Jovens e Adultos, preocupados com os caminhos que esta modalidade de ensino está prestes a seguir, tomamos a liberdade de recorrer à vossa intervenção, no sentido de esclarecer e, se necessário, defender a escola pública destinada àqueles que nela não tiveram acesso em época apropriada.

Histórico:

1. O Departamento de Educação de Jovens e Adultos, da Secretaria da Educação, de 2004 em diante, desencadeou um processo, a princípio democrático, para reformulação da organização curricular vigente. Mobilizou todas as escolas que oferecem cursos para jovens e adultos para discutirem e reunirem-se em Faxinal do Céu com o intuito de construir uma nova proposta pedagógica a ser apresentada ao Conselho Estadual de Educação em meados do 2º semestre de 2005.

2. Em meados de maio/2005, recebemos alguns documentos propondo uma Matriz Curricular com apenas 16 (dezesesseis) horas semanais para serem distribuídas entre 8 (oito) disciplinas, a ser implantada no início do ano letivo de 2006, a qual questionamos por ser inviável desenvolver um trabalho sério e com qualidade.

3. Agora, temos ouvido muitos ‘fortes rumores’ que o Ensino Presencial de EJA (antigo Supletivo Seriado, que hoje conta com 278 escolas autorizadas a ofertá-lo) será cessado gradativamente a partir do 2º semestre letivo de 2005, devendo permanecer somente a oferta do Ensino Semipresencial nos Centros Estaduais de Educação Básica para Jovens e Adultos/CEEBJAS), processo que vem sendo imposto aos Núcleos Regionais de Educação na calada da noite e que deverá pegar todos os dirigentes das escolas despreparados e sem tempo hábil para esboçar qualquer reação e/ou contestação.

4. Com a proposta de ‘reorganização do Ensino Presencial’, após a sua cessação, deverá ser ofertado o PAC - Posto Avançado do CEEBJA.

5. Se era intenção do DEJA/SEED acabar com a oferta do Ensino Presencial de EJA, por que autorizou a implantação de 34 novos cursos, no início desta gestão?

Sr. Deputado, há muito pouco tempo, na gestão anterior, houve um processo de cooptação não só dos diretores, mas um empenho declarado com o mesmo objetivo em relação aos professores que foram chamados a participar de eventos em Faxinal do Céu para a reorganização institucional das escolas e dos órgãos a ela relacionados no poder público para a implantação dos padrões mínimos de funcionamento que contribuíram fortemente para a precarização das escolas públicas. Não podemos aceitar que igual modelo se execute neste governo seguindo a mesma cartilha do governo neoliberal anterior que, com muito esforço, juntos conseguimos vencer, mas que deixou a herança de indicadores de desempenho pre-

ocupantes, por ter se utilizado de cursos de aceleração implantados em todo o Estado, o conhecido PAC - Postos Avançados dos Centros de Educação Básica para Jovens e Adultos.

Sr. Deputado:

- será que ficaremos como meros expectadores vendo a população adulta, trabalhadora e necessitada perder mais este direito?

- Vamos permitir que a escolarização justa, necessária e com qualidade de jovens e adultos deste Estado lhe seja negada?

- Permitiremos que os dirigentes das escolas sejam tratados sem o mínimo de consideração e respeito?

- Permitiremos que inúmeros professores sejam simplesmente prejudicados, sem qualquer explicação?

- O que é mais grave, permitiremos que centenas de alunos que dependem de uma escolarização séria e em menor preço, que ao ensino regular não se adapta e o PAC e os CEEBJA's rejeitam por buscarem condições possíveis de concorrerem ao ensino superior e às vagas de trabalho que os testam antes de contratá-los, tenham mais esta porta fechada?

Nossas ações (e temos a plena certeza que nossas também) sempre estiveram pautadas no interesse do povo que habita este Estado e não apenas o interesse equivocado de alguns poucos, no mínimo, despreparados.

Confiamos em vosso poder de discernimento."

## Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 489/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Concede título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Clèmerson Merlin Clève.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.08.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

**JUSTIFICATIVA:**

O professor Clemerson Merlin Clève, Mestre e Doutor em Direito, pós-graduado pela Université Catholique de Louvain (Bélgica) e professor titular de Direito Constitucional da UFPR, é um dos mais importantes juristas do País.

O Dr. Clèmerson é sempre instado a se manifestar sobre os mais diversos assuntos relacionados à gestão do Estado, e às demais vertentes do Direito Constitucional. Frequentemente seus pareceres são encomendados por órgãos públicos e privados do Brasil e do exterior.

É um dos fundadores da UNIBRASIL, que hoje diz se traduz como um dos mais completos complexos de estudo do Direito no País, além de outros cursos superiores.

O Dr. Clemerson foi aprovado em primeiro lugar nos concursos para Procurador do Estado e para Procurador da República, assim também para o cargo de professor titular da Universidade Federal do Paraná.

Por todo o extenso currículo que segue, tem o referido profissional enaltecido o Estado do Paraná, e com sua linha de conduta tem atuado como professor da graduação e pós-graduação de universidades no Brasil e no exterior, e como advogado militante.

PROJETO DE LEI Nº 490/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comercial e Empresarial de Porecatu - ACEP, com sede e foro no Município de Porecatu, no Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.08.2005.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação Comercial e Empresarial de Porecatu, fundada em 02 de outubro de 1979, é uma associação sem fins lucrativos, tem por finalidade de congregar e orientar as classes produtoras do Município de Porecatu e região.

Além de representar e defender seus associados perante os poderes públicos, tem o intuito de incentivar o espírito de solidariedade entre as classes econômicas; promover estudos que visem o desenvolvimento da indústria, do comércio, da lavoura e serviços na cidade e na região; apoiar as iniciativas tendentes a melhorar o desenvolvimento e produtividade econômica do Estado; proporcionar a todos os associados, assistência jurídica, administrativa e fiscal, através de seus órgãos competentes; promover ações que possibilitem a melhoria de desempenho de seus associados através de seminários, treinamentos, palestras, missões, feiras e informações; estimular a propaganda e concorrer, quando possível, as reuniões e exposições de produtos do Estado, entre outras.

Desta forma, esperamos o devido apoio e consequentemente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa associação à favor da comunidade.

## Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra, no Pequeno Expediente, Deputado Barbosa Neto.

## **Deputado Barbosa Neto (PDT)**

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Gostaria de deixar registrado nesta Casa de Leis, aquilo que estamos vendo no dia-a-dia no Norte do Paraná, no interior do nosso Estado, que é bem diferente daquilo que a propaganda oficial mostra pela televisão, rádio e pelos meios de comunicação impressa.

Nós, que utilizamos as estradas, podemos constatar que essa pavimentação que está sendo decantada em prosa e verso pelo Governo, não condiz com a realidade.

O extremo Norte está totalmente esburacado. Trechos como Jaguapitanga, Guaraci, Centenário e outras regiões. Nem vou falar da região da Associação dos Municípios do Norte Pioneiro. Isso vai contra aquilo que o Governo do Estado vem propalando através da mídia.

Como se não fosse obrigação do Governo fazer a conservação das nossas rodovias, já que os impostos são arrecadados justamente para isso. Aliás, ele se mostrou irresponsável quando não entrou em acordo com a União na questão da exploração de uma rodovia federal. A suspensão, a interdição de uma ponte em São Mateus do Sul é a consequência dessa falta de sintonia entre os poderes Federal e Estadual.

Tenho aqui os tickets do pedágio que passei hoje e irei passar novamente daqui a pouco na rodovia que liga Londrina a Curitiba. Fui crítico e continuo sendo crítico do sistema de pedágio, sem nenhum tipo de interesse, porque não estava nesta Casa quando o pedágio foi implantado no Paraná, tenho que fazer o registro de que a concessionária que cuida desse trecho da Rodovia do Café, vem fazendo obras importantíssimas para melhorar o único acesso de Londrina a Curitiba. Alargamento de pistas, de pontes, a construção de terceiras faixas, acostamentos, duplicação em trechos, o fim das ondulações. Isso anda acontecendo e temos que fazer esse registro.

Fico imaginando inclusive, Deputado Nelson Justus, que foi Secretário dos Transportes, se houvesse um entendimento do Governador com essas empresas concessionárias; se elas fossem obrigadas a cumprir o cronograma de obras previstos na celebração do contrato, como o povo do Paraná seria beneficiado! Mas, infelizmente o Governador, que se elegeu com a promessa de acabar com o pedágio, sai pela tangente, agride essas empresas e fica nesse jogo de esgrima, e quem perde é o povo do Paraná. Aumentaram as praças de pedágio, porque essas mesmas empresas se desobrigaram a fazer as obras que estavam previstas no acordo inicial.

Temos que, acima de tudo, fazer justiça na tarde de hoje. Se houvesse bom senso por parte do Governo, já teríamos, talvez, a duplicação no trecho que resta, principalmente de Ponta Grossa até a cidade de Londrina ou pelo menos até a entrada de Mauá da Serra. Isso evitaria as vidas que estão sendo ceifadas pela falta de conservação dessas rodovias.

Que fique registrado, na tarde de hoje, Sr. Presidente Pedro Ivo, que nós não temos nenhum interesse de elogiar ou de criticar o pedágio, mas temos que, como agentes públicos, registrar o que está acontecendo em termos de obras que são importantíssimas para as rodovias do Estado do Paraná e, também, que aquilo que o Governo prega em prosa e verso de que elas estão um verdadeiro tapete, infelizmente, não acontece.

Era o registro que eu tinha a fazer, na tarde de hoje, e agradeço a aquiescência de V. Exa., Sr. Presidente Pedro Ivo.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado Plauto Miró Guimarães.

## **Deputado Plauto Miró Guimarães (PFL)**

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Dentro da região dos Campos Gerais, periodicamente uso aquelas rodovias visitando os municípios em que fazemos política e defendendo-os na Assembleia Legislativa do Paraná, no exercício do nosso mandato.

Por três vezes consecutivas fui o Deputado mais votado da região como um todo. Em alguns municípios sendo mais votado, em outros municípios ficando, não em primeiro, mas sempre tendo uma votação expressiva. Vejo Deputados que têm uma votação naquela região: Nelson Justus, Rossoni, Hermas Brandão, Bradock, enfim, Deputados bem votados.

Nessas andanças, nessas visitas periódicas que acontecem toda semana, fico preocupado com as rodovias da nossa região. Quero citar alguns trechos: o que liga o município de Castro à cidade de Tibagi; o município de Palmeira à cidade de Ponta Grossa; Ponta Grossa ao distrito de Guaraci. Estradas essas que estão em um estado final de vida. Toda estrutura que foi feita está se perdendo, porque a capa asfáltica não existe mais e vejo nas rodovias belas placas do Governo Roberto Requião: “esta estrada está recuperada”! Uma placa bonita! Até precisamos saber quem está pagando aquelas placas, Deputado Nelson Justus, porque muito dinheiro está sendo aplicado nessas placas para divulgar o Governo Roberto Requião.

Nessas rodovias que citei, naquele mapa bonito do Governo do Estado, que aponta obras realizadas, elas estão no mapa, mas, na realidade, as obras não existem, Deputado Elio Rusch. Isso está claro, quem quiser é só me acompanhar dentro da região dos Campos gerais que verão *in loco* que tudo aquilo que falaram, tudo aquilo que divulgaram, até agora, não tem absolutamente nada. Estamos encaminhando para o final do Governo do Roberto Requião e, pelo jeito, vai ser mais uma promessa não cumprida.

Promessa como a que Requião fez no Município de Castro. Ele esteve lá e em reunião política com o Prefeito anunciou que iria fazer e pavimentar a estrada do Cerne, que liga toda região sul ao norte do nosso Estado e, até agora, nada. Eu não vi nos editais de licitação, em contratação do Governo para a empresa que ali iria executar a obra. O Governador, inclusive, anunciou no Município de Castro, que estava acertando com o Exército brasileiro para fazer a rodovia, pavimentar a estrada do Cerne, até como uma alternativa para as estradas que compõem o Anel de Integração. Papo furado de novo! Vimos, também, solicitação e o próprio Governador se manifestando na possibilidade de realizar a pavimentação asfáltica de Castro ao distrito de Socavão. Socavão, Deputados, é a região aonde tem o melhor calcário do Brasil. Minas de calcário que se produz e as mineradoras vendem para todo o Brasil. Calcário que vai para o Mato Grosso, para o oeste, sudoeste, norte, sul do Paraná, fazendo com que a nossa agricultura possa produzir mais.

Então, quero deixar firmado: aqueles que não acreditarem e acharem que é conversa fiada, estão convidados por este Deputado a viajar na região para ver as placas do Governo dizendo que as estradas estão em recuperação. Há jornais do anúncio do Governador da pavimentação dessa rodovia do Cerne que é mais um papo furado; da pavimentação da estrada do Socavão que é outra conversa fiada. E quando digo que esse Governo sabe gastar mesmo é em publicidade... Cento e quarenta milhões de reais. É o verdadeiros Governo virtual. É aquele Governo que existe quando a televisão e os meios de comunicação estão ligados. Quando desligam, acabou o governo, porque ele não existe.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador, Deputado André Vargas.

### ***Deputado André Vargas (PT)***

O SR. ANDRÉ VARGAS

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados:

Ontem, tivemos uma votação polêmica nesta Casa, a votação por 30 ou 31 votos a 19, o Governo passou a proposta para autarquizar a EMATER.

Votei contra, por uma convicção. Porque o processo de autarquização do IAPAR foi uma experiência lamentável. Mas, também quero, já que é de praxe nesta Casa e razoável, que não voltemos a matérias votadas, hoje teremos a votação, mas ontem o plenário estava lotado, tivemos um debate importante e agora não é hora de voltarmos à matéria já votada.

Quero alertar aos companheiros parlamentares para dois aspectos que são de relevância e que podem ser desdobramento dessa votação de ontem. Além da polêmica jurídica, da luta sindical, existe algo que extrapola até porque como diz o ditado, toda unanimidade é burra e

toda Situação que vota com o Governo sem pensar ou Oposição que vota contra o Governo sem pensar, no meu entendimento também não é a forma mais inteligente de analisar as coisas.

Cada matéria é uma matéria.

Quero alertar para a questão do Parana Previdência. Estamos por receber um processo de autarquização do Parana Previdência. O Deputado Tadeu Veneri, que analisa essa questão, a questão previdenciária, mas os Deputados que já estiveram nesta Casa sabem da gravidade de nós transformarmos o caixa previdenciário do Estado num caixa único. Tomara que esse seja um alerta desnecessário, que isso não ocorra. Tomara que isso seja apenas um alerta, que não venha a se concretizar. Mas, as informações que tenho é que se prepara o processo de unificação de caixa. O caixa da previdência passa a compor a caixa única sem os controles atuariais necessários para os investimentos que o setor previdenciário precisa. Os servidores têm estabilidade à chamada previdência, à aposentadoria e esse é um patrimônio do povo do Paraná.

Quero fazer um outro alerta, para que no futuro não digam que, em sabendo de algo, não falei. Está em curso um processo de unificação não só do PCCS, da EMATER com o IAPAR, mas uma unificação futura e administrativa, em um único instituto. Portanto, os funcionários da EMATER e a extensão rural estarão sobre a subordinação eventual de uma instituição, o IAPAR ou o que venha sucedê-lo, porque essa é a estratégia de unificar o plano de cargos e salários, dentro dessa estratégia de unificar ou o instituto ou a autarquia, Deputado Augustinho Zucchi.

Volto a dizer que se esse processo dentro de um bojo de reforma administrativa, de redução de secretarias, de cargos de confiança, de uma nova visão de Estado, ainda assim poderíamos, mesmo que contrariados, avaliar, porque avaliaríamos o futuro, uma gestão moderna. Mas o que estamos vendo é um processo de concentração absoluta de poder, um processo de autoritarismo que prevalece sobre a pesquisa, o que é grave, porque não é o Governo que tem que dizer o que o pesquisador tem que pesquisar, como se queria em relação à EMBRAPA. A pesquisa tem que ser no sentido de desenvolver a agricultura e o pensamento humano. Assim como é inadmissível, agora, que votaremos, o reajuste e o realinhamento dos salários e das carreiras dos servidores das universidades. É inadmissível que servidores das universidades do Paraná, que queiram fazer curso no exterior, com verba aprovada pelo FINIPE, ou pelo CNPQ, como está acontecendo - eles são proibidos de viajar -, pela cabeça de um homem só. Quero fazer um alerta. Estamos subordinados às idéias e aos neurônios da cabeça de um homem só. Isso é grave para a pesquisa, à extensão e ao Estado.

O SR. LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO (PSDB)

Sr. Presidente, Questão de Ordem?

(Assentimento)

Registro em meu nome e do Deputado Elio Rusch, a presença do Presidente da Câmara de Palotina, o Val, o Ênio; o diretor Nestor e o Adair.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Esta Casa registra a presença do Presidente da Câmara de Palotina, bem como aos demais membros da sua comitiva, dá as boas-vindas.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Elio Rusch.

### ***Deputado Elio Rusch (PFL)***

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Volto a esta tribuna, talvez para dar continuidade ao pronunciamento iniciado pelo Deputado Plauto Miró Guimarães. O Plauto fez referência em relação à precariedade de algumas rodovias e à propaganda que o chefe do Poder Executivo Estadual está realizando na mídia paranaense.

Eu diria que o Governador do Paraná, Roberto Requião, enquanto Governador se elegeu por dois motivos. A verdade é essa: primeira, porque ele grudou no Lula e na “onda vermelha”. Era exatamente o momento da mudança e o Lula estava em plena ascensão. O Governador, na época Senador e candidato, soube aproveitar com muita propriedade, grudou-se no Lula, na “onda vermelha” e conseguiu vender a sua imagem para a população do Estado.

A outra questão é a do pedágio, quando ele disse com todas as palavras, “se eu for Governador, acabo com o pedágio no Paraná”. Ora, todos sabemos que seria impossível fazer isso, porque vivemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em um estado de direito. O estado de direito, Deputado Plauto, é exatamente para cumprirmos o que determina a lei. O que determina a lei? Enquanto Governador, quando se assina o contrato ou o convênio, você não assina em seu nome, você representa o Estado, você assina em nome da pessoa jurídica, que é o Estado do Paraná.

Então, não pode um Governador, a bel prazer, romper contratos unilateralmente. E, aliás, o Governador tem feito muito isso e isso vai trazer um passivo muito grande para o Estado do Paraná - todas as ações ele já perdeu na Justiça e as demais ações estão sendo, hoje, julgadas pela Justiça, quer seja a SANEPAR, a COPEL, aquela usina termelétrica em Araucária, quer tantas outras empresas mais.

Mas, o que me traz a esta tribuna, na verdade, Sr. Presidente, é fazer algumas considerações quando o Governo, efetivamente, não assume o seu papel. O Presidente da República disse que vai privatizar a BR-116, que corta o Paraná de São Paulo a Curitiba e outro trecho de Curitiba a Santa Catarina. Outro trecho que deve ser instituído o pedágio é Curitiba-Garuva, a 376. Deputado Scarpellini, a BR-163, que liga Marechal Cândido Ron-

don a Guaíra, na verdade é uma rodovia que nem o Governo Estado nem o Federal diz que é deles. É um filho sem pai! E a sociedade e a comunidade toda estão sofrendo pela precariedade dessa rodovia esburacada e ninguém faz nada.

Se não bastasse a queda da ponte aqui na represa do Capivari, na rodovia Regis Bitencourt, ligando Curitiba a São Paulo, por total falta de manutenção nessa ponte e até hoje não se iniciaram as obras. Se falar, no entanto, da rodovia 476, que liga Lapa com São Mateus. A ponte está interditada sobre o Rio Iguaçu e todos os transeuntes têm que fazer uma volta enorme, Deputado Plauto, e o Estado do Paraná, como se tudo estivesse belo e formoso. E não é só isso! E a rodovia BR-272, que liga Guaíra a Francisco Alves e inclusive o próprio Deputado Elton já esteve visitando essa ponte: a ponte sobre o Rio Piquiri pode cair a qualquer momento e nada se faz em relação a isso ou às rodovias que temos no Estado do Paraná. Aonde é que estamos? Aonde queremos chegar?

Continuar fazendo propaganda na mídia e dizer que as rodovias do Paraná são as melhores do Brasil! Uma rodovia tão importante como a 476, que liga não só Lapa com São Mateus, que não é da minha base eleitoral, mas uma rodovia que interliga o norte, São Paulo, com Santa Catarina e o Rio Grande do Sul. Nada se faz! Está lá interditada! O que o Governo do Estado faz? O que o Governo Federal faz?

E a ponte sobre o Rio Piquiri, quero deixar claro aqui na Assembléia que é uma ponte grande e que liga Guaíra com o norte do Paraná. Só vai se dar ouvido se, por uma desgraça, acontecer uma tragédia. Estão aí o Presidente da Câmara de Palotina, Vereadores e lideranças que estão na Sessão hoje, que é próximo de Palotina.

Presidente, tinha muito mais, mas sei que meu tempo está escasso. Agradeço a V. Exa. e, com toda certeza, voltamos a esta tribuna muitas vezes sobre essas questões! Só espero que os Governos Estadual e Federal se conscientizem e não queiram tomar providências depois de uma tragédia!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Elton Welter.

### ***Deputado Elton Carlos Welter (PT)***

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É com grande satisfação que venho à tribuna e, inclusive, o orador que me antecedeu questiona por que não tem investimentos em rodovias que não têm pai e não têm mãe. Deputado Elio Rusch, esse problema, do ponto de vista jurídico, é isso mesmo: a Procuradoria Geral do Estado diz que as rodovias são da União e o Tribunal de Contas da União diz que são do Estado. E a origem desse problema, Deputado Elio Rusch, foi que no Governo anterior se repassou, no fim do mandato, no dia 27 de

dezembro, vários milhões de reais. E esse dinheiro não foi para recuperar rodovia. E é baseado nessa tese que o Estado do Paraná está arguindo de que essas rodovias são de competência da União, porque o dinheiro não foi aplicado nas rodovias na época do Governo que V. Exa. apoiava.

Mas, só vamos assumir, tanto é que estiveram nessa audiência pública, na semana passada, como Ministro Alfredo Nascimento, vários Deputados Federais. E tive o privilégio de acompanhar essa audiência para tratar exatamente dessas rodovias que estão sem manutenção e que não são nem estaduais, nem federais por causa desse impasse jurídico.

Qual foi o encaminhamento? O Ministro determinou que o setor jurídico do Ministério elaborasse um pedido para investimento de emergência, consultando o Tribunal de Contas da União. Havendo um sinal positivo de que dará para fazer esses investimentos, certamente serão feitos a partir de recursos do Governo Federal.

Mas, também foi assumido um mesmo compromisso junto com o Secretário dos Transportes, que estava lá, que aqui no Estado se faria a mesma coisa para sair desse impasse jurídico e assumir de vez, quem de fato tem que fazer os investimentos. O protocolo de entrada no Tribunal de Contas da União definido naquele dia é o dia de hoje. E os Deputados Federais do Paraná, alguns da região Oeste, alguns vinculados à região da União da Vitória, vão acompanhar para que a decisão do Tribunal de Contas da União seja a mais rápida possível para que haja investimento de emergência para recuperar essas duas pontes, a Ponte do Rio Piquiri, e a Ponte que vai sentido a União da Vitória.

Então, vejo uma possível solução já a curto prazo, porque o Ministro determinou e os Deputados Federais, vários deles, vão acompanhar *pari passu* para que a decisão do Tribunal de Contas, que impede investimento da União, por isso que não está sendo feita a recuperação, e aqui no Estado também não faz investimento porque o Tribunal de Contas do Estado não permite investimento. Mas, a solução tem que sair. Agora tem uma Comissão que está acompanhando *pari passu* isso e eu, como Deputado Estadual do Paraná, estou acompanhando há muito tempo. E espero que haja uma solução. Eu acredito que em menos de quinze dias um apontamento para a solução dessa questão será dada para os paranaenses e, inclusive, para outros Estados que têm semelhante problema.

Outra questão, Sr. Presidente, que nós acompanhamos em Brasília e que é uma herança do Governo passado é Ilha Grande, onde os agricultores e colonos foram retirados daquelas propriedades e não foram indenizados. E agora se caminha para a solução de fato, aonde, e aqui entra um fato interessante e relevante, o Parque da Ilha Grande poderá servir para averbação da reserva permanente dos agricultores vinculados à bacia hidrográfica de acordo com a localização. Portanto, agricultores daquela região que não têm na sua propriedade os 20% da preser-

vação permanente será possível, de acordo com a decisão da Ministra Mariana Silva. Portanto, esse dinheiro irá para um fundo e com certeza em um médio prazo poderão ser indenizados os humilhados agricultores que na época foram retirados com polícia e tudo e não foram devidamente indenizados. Uma solução que está demorando, mas, diga-se de passagem, são mais de sete anos.

Eu ainda queria deixar um questionamento no ar.

Sr. Presidente, vou usar o Horário da Liderança, tenho o aval do nosso Líder, Tadeu Veneri.

## ***Passa a usar o horário da Liderança do PT***

Então, dois pontos fundamentais que são problemas para o Paraná e que acabei de relatar aqui, que um foi questionado pelo Deputado Elio Rusch, que é a questão das rodovias, e tenho convicção que com o empenho e, de fato, o Deputado do PL da cidade de Cascavel assumiu o compromisso de entregar hoje, juntamente com os advogados do Ministério dos Transportes, a consulta para fazer investimentos de emergência nas rodovias que são consideradas federais para o Estado e para a União são consideradas estaduais. Espero que a solução saia logo.

E outro fato da questão de Ilha Grande que também caminha para a solução, aonde vão se resolver vários problemas, que é a questão da reserva permanente que muitos produtores da região oeste do Paraná e outras regiões poderão averbar.

Então, essa solução de conseguir averbar as áreas da Ilha Grande para produtores rurais da região é uma solução muito boa, haverá recursos para indenizar os agricultores chamados ilhéus que foram desalojados na época, há mais de sete anos atrás, e que se caminha para uma solução.

Portanto, o Deputado Scarpellini que encampou também esta agenda junto conosco lá em Brasília, está de parabéns, existe todo um movimento de Parlamentares desta Casa buscando uma solução para esse problema.

Ontem tivemos uma votação polêmica aqui. Hoje será em segundo turno, novamente. Votei, com toda a certeza, com convicção de gestão pública, porque a pergunta que se faz é a seguinte: por que nos últimos quinze anos não se aumentou o quadro de extensionistas da EMATER? Por que não se fez concurso público para aumentar o quadro de extensionistas? Será que foi por que se quisesse comprar um carro para colocar a campo, talvez esse carro pode ser confiscado por causa de uma precatória? Será que o Governo Lerner e este atual Governo que assumiram o compromisso de ampliar a extensão rural, perceberam que de fato esse regime de contrato não é salutar para o conjunto de Estado, se olharmos o Estado como um todo? Para mim ficou claro isto. Tanto o Lerner, como os outros Governos que passaram e este atual Governo, não contrataram mais gente por causa desta forma de contrato. Tenho certeza que os funcionários públicos da EMATER vão ser premiados, porque o com-

promisso assumido de estabelecer a carreira que eles não têm, o compromisso aqui assumido de fazer concurso público já, ainda este ano, isto vai ser muito bom para quem? Principalmente para o agricultor que vai aumentar o número de extensionistas e que de fato proporcionar o fomento ainda mais da agricultura do Paraná.

E diga-se de passagem, colegas Deputados, que eu respeito a opinião de quem votou contrário, no passado, inclusive participei de conversas aqui de bastidores, onde Deputados de Oposição falavam assim para mim: agora nós vamos judiar de vocês, porque nós queríamos fazer isso e não fizemos.

Então, vejam só, estamos no caminho certo. Nós acertamos na votação. Se de fato houver a contratação, - e aí eu quero dizer, como Deputado que tem dado sustentação - eu acreditei, estou acreditando e quero, como Presidente do bloco agropecuário, trabalhar intensamente para que este plano de cargos e salários dos funcionários da EMATER, saia nos próximos noventa dias e que de fato saia o edital de concurso público, porque na campanha eleitoral, como Deputado do PT, na campanha nós já falávamos da ausência, da falta de funcionários e técnicos para melhorar a extensão rural.

Acredito nisto e nós vamos fazer da EMATER e a decisão deste soberano Plenário foi justa, foi correta e ela atende ao interesse do Estado do Paraná porque de fato vai se ampliar o número de extensionistas e vou dizer mais: se isto não for cumprido sou um Deputado que passo também, num médio prazo, a fazer Oposição. Acredito que este Governo que criou o fundo de aval, que de fato tem priorizado a agricultura familiar, vai ampliar a extensão rural, contratando mais técnicos, dando condições do plano de cargos e salários, isto vai dar garantia para que não haja desaprovações salariais, onde um engenheiro agrônomo na EMATER hoje, tem alguns que ganham uma média de dois a três mil reais, ao passo que outros na mesma profissão que ganham na faixa de 13, 14, 15 mil reais. Esta desproporção precisa ser corrigida, criando condições, inclusive na hora de negociar índices de reposição salarial para que os que ganham menos possam ganhar mais na medida que o plano seja efetivado.

Espero que isto aconteça nos próximos noventa dias.

Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Com a palavra a Deputada Elza Correia.

### ***Deputada Elza Correia (PMDB)***

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, nobres companheiros e companheiras.

Vou falar sobre um outro assunto, mas não posso deixar de me manifestar aqui, porque temos que estar prontos para algumas respostas necessárias para ficar consignado na Casa, que a Bancada de apoio ao Governador

Roberto Requião tem oposição, nós não somos cor-deiros, como as vezes tentam nos colocar; ninguém nos coloca um punhal no pescoço para defender o Governador. Fazemos isso com absoluta consciência de que Roberto Requião é um grande Governador, um homem íntegro, que tem realmente tem colocado o Paraná nos trilhos. Falta muita coisa ainda para ser feita, teremos ainda um ano e meio de Governo e certamente teremos mais quatro anos do próximo Governo e haveremos de corrigir, eventualmente, as coisas que não conseguimos fazer.

Agora, queria dizer ao Deputado do PT, André Vargas, que não está aqui, mas certamente está ouvindo do seu Gabinete, que não acho bom, em tempos tão complicados para o PT, essa têmpera e esse comportamento de alguns companheiros, algumas pessoas do PT, não quero generalizar, colocarem-se acima do bem e do mal. Ouvir que nós somos regidos por um único homem, uma só cabeça, é subestimar a Bancada de apoio ao Governador, porque nós dialogamos, conversamos com ele sempre que necessário. Ainda bem, que, eventualmente, estaríamos sendo conduzidos por uma cabeça brilhante como a cabeça do Governador Roberto Requião, que tem dado extraordinários exemplos do que é ser reto e probo na vida pública. Ainda bem que nós não somos regidos pela cabeça de um Delúbio Soares, de um Marcos Valério, de um José Dirceu, de um Genoíno. Esses sim eu teria preocupação de ser regida pela cabeça desses homens que existem fortes questões colocadas de que não são merecedores da confiança do povo brasileiro. Queria eu aqui dizer o contrário, mas vejo grandes companheiros do PT encabulados com esta questão.

Então, é hora de termos um pouco de calma e pensarmos bem no que estamos falando. Não é uma boa colocação subestimar esta Casa, subestimar os Deputados e Deputadas, dizendo que o Governador tem três neurônios, e que somos conduzidos pela cabeça dele. Ele tem todos os neurônios funcionando. Se assim não fosse não estaria dando conta de colocar o Estado do Paraná exatamente no lugar que merece, com respeito e consideração.

Digo isto porque é bom que as coisas tenham respostas aqui na Casa. Queria dizer que hoje temos um projeto que considero um dos mais importantes que a Assembléia Legislativa vai votar. Não que os demais não sejam importantes. Temos hoje dois, na verdade - a questão da EMATER, que vamos concluir a votação - tenho segurança e certeza de que a autarquização é o melhor caminho e o futuro vai dizer quem é que tem razão - e o outro projeto é exatamente o reajuste dos professores das Universidades, conseguindo através de uma grande mobilização, de lutas, e aqui dois ou três representantes dos sindicatos, o César, de Londrina, o SINDIPROL, a Inês, também do SINDIPROL, e o Henrique, do Sindicato de Maringá, o Ivan também está aqui, que estiveram praticamente marcando ponto aqui na Assembléia Legislativa, aqui na cidade de Curitiba até que saísse o reajuste dos professores.

Então, acho que é um grande momento, porque os reajustes realmente previstos no projeto, depois de todo um processo de idas e vindas, discussões com Reitores, com Diretores das Universidades, com Secretários, com Deputados e Deputadas, conseguimos hoje trazer esse projeto. A média de ganhos de 18,68% atendendo um número enorme de professores - 7804 professores das Universidades de dezesseis instituições, corrigindo distorções históricas que, por exemplo, professores que têm gratificações incorporadas ao vencimento o que aumenta a base de cálculo para aplicação do adicional por tempo de serviço ou a dedicação integral chamada TIDE, que outros docentes não têm.

Também outras questões relativas a distorções que haviam na carreira dos professores. Acho que foi um passo importante, um passo fundamental, que é resultante da luta dos sindicatos, da luta dos Reitores também e da luta dos Secretários Reynhold Stephanes, Maria Marta, enfim, os nossos Secretários de Governo, mas muito especialmente com *referendum* e a palavra final do Governador Roberto Requião.

Portanto, tenho um prazer enorme de participar desta Sessão em que vamos votar esse projeto e concluir a votação da EMATER.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Conforme acordo, o Deputado Scarpellini abriu mão do Grande Expediente.

Passamos ao Horário das Lideranças.

(Declinam)

## Ordem do Dia:

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 49 Srs. Deputados.

## Leitura do Expediente

Sobre a mesa, ofício nº 003/2005, subscrito pelo Deputado Luiz Accorsi - Corregedor Geral, constante do expediente, opinando pelo arquivamento do pedido de CPI contra o Deputado José Domingos Scarpellini, formulado pelo Chefe do Poder Executivo, o Governador Roberto Requião. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo Deputado Neivo Beraldin, Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, constante do expediente, solicitando que seja encaminhada à respectiva Comissão, a Prestação de Contas do Exercício de 2003 do Governo do Estado, para análise técnica da referida comissão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2338, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, com apoio dos Deputados

Rafael Greca, Ângelo Vanhoni, Nelson Garcia e demais Srs. Deputados, constante do expediente de Sessão anterior.

Em votação o requerimento.

**Aprovado.**

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Será feita a verificação de votação.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Será feita a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Carlos Simões**)

(**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados**).

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, quero dizer a V. Exa. e aos Srs. Parlamentares, chamar a atenção dos Deputados de Oposição, a partir deste momento tomamos uma nova postura: não aceitamos a transformação em Comissão Geral e a partir de agora vamos obstruir a votação até a hora que for necessária, porque força e coragem nós temos para fazer isso.

Quero aqui, em nome do Deputado Durval Amaral e do respeito que devemos ao Presidente da CCJ, não é possível que seja transformado em Comissão Geral e passe por cima do Regimento Interno e nós aprovemos esse projeto de tamanha importância, no dia de hoje!

A partir deste momento a Oposição está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta Presidência suspende a Sessão por três minutos, para que as lideranças possam entrar em entendimento.

(**Suspensa a Sessão**)

Está reaberta a Sessão.

Conforme entendimento entre as Lideranças, o Deputado Dobrandino retira o pedido de transformação da Sessão Plenária no dia de hoje em comissão geral. Estavam presente 44 Srs. Parlamentares. **Retirado o requerimento.**

Projeto de lei de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.



Requerimento nº 2328, de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando autorização para participar, como representante deste Poder Legislativo, na 2ª Conferência Estadual das Cidades, no Município de Foz do Iguaçu, nos dias 22 e 23 de setembro, onde participará como delegado. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2345, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, solicitando antecipação da Sessão Ordinária do dia 18 de agosto (quinta-feira) para logo após o término da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

## ***Discussão / Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### ***Redação Final***

#### **ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 434/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que institui o Programa de Atendimento a Crianças e Adolescentes Sim à Vida, Não às Drogas, e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 434/2004  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### **D E C R E T A :**

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a instituir o Programa Estadual de Atendimento à Crianças e Adolescentes Dependentes de Drogas Sim à Vida, Não às Drogas, conforme disposto no artigo 101, inciso VI, da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art. 2º O Programa Estadual de Atendimento à Crianças e Adolescentes Dependentes de Drogas Sim à Vida, Não às Drogas, abrange internação emergencial para casos agudos de overdose e síndrome de abstinência, tratamento ambulatorial, orientação e apoio psicológico às famílias e ações de prevenção.

Art. 3º O Programa Estadual de Atendimento às Crianças e Adolescentes Dependentes de Drogas Sim à Vida, Não às Drogas, será realizado em conformidade com as diretrizes gerais definidas pelos conselhos estaduais que tratam dos Diretores da Criança e do Adolescente, e vinculado a órgão estadual responsável pela saúde que desenvolverá, através de uma equipe interdisciplinar formada por médicos, psicólogos, assistentes sociais, pedagogos e advogados, seus trabalhos.

Art. 4º O Programa Estadual de Atendimento às Crianças e Adolescentes Dependentes de Drogas Sim à Vida, Não às Drogas, obedece aos preceitos de descentralização administrativa, e será realizada em conjunto com os municípios interessados.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentais próprias.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 15.08.2005.

(aa) CESAR SELEME - Presidente  
ALEXANDRE CURI - Relator

#### **ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 168/2005, de autoria da Deputada Arlete Caramês, que dispõe sobre a realização do exame Ultra-Screen nos hospitais e maternidades da rede pública do Estado do Paraná. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 168/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### **D E C R E T A :**

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir nos hospitais e maternidades da Rede Pública de Saúde, a título gratuito, a obrigatoriedade do exame Ultra-Screen, conhecido como teste do dedinho, em todas as gestantes atendidas que se encontrem no período de gravidez, compreendido entre 11 (onze) semanas e 1 (um) dia e 13 (treze) semanas e 6 (seis) dias.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 16.08.2005.

(aa) CESAR SELEME - Presidente  
ALEXANDRE CURI - Relator

#### **ITEM 03**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 227/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock, que dispõe o documento de identificação da pessoa portadora de deficiência e doença crônica. Em anexo Projeto de Lei nº 345/2005. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 227/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### **D E C R E T A :**

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o documento de identificação da pessoa com deficiência e doença crônica permanente.

Art. 2º O documento que trata o artigo anterior será expedido por órgão competente, com base nos cadastros existentes do Registro Geral Civil a título de comprovação de cada deficiência ou doença para usufruir dos benefícios decorrentes das leis, atuais e vindouras, no âmbito do Estado do Paraná.

Art. 3º A cédula de identidade da pessoa portadora de deficiência seguirá os padrões da cédula de identidade comum, o registro geral, acrescida da seguinte inscrição: PPD (pessoa portadora de deficiência) ou PPDC (pessoa portadora de doença crônica) classificando em determinada categoria, com destaque, atendendo as especificações da legenda abaixo, observando-se o enquadramento e as definições previstos no Decreto Federal nº 5296 de 2004 e demais leis em vigor:

- I - Categoria (A), portador de deficiência auditiva;
- II - Categoria (C), portador de doença crônica;
- III - Categoria (F), portador de deficiência física;
- IV - Categoria (M), portador de deficiência mental;
- V - Categoria (Mu), portador de deficiência múltiplas;
- VI - Categoria (V), portador de deficiência visual.

Art. 4º O Poder Executivo, através de seus órgãos competentes, exigirá a devida comprovação, por meio de laudo médico expedido pelo SUS, especificando o tipo de deficiência com o Código Internacional de Doença - CID, se permanente ou temporária, bem como a real necessidade de acompanhante em suas atividades extraresidenciais de acordo com o grau de dependência nas tarefas cotidianas.

Parágrafo Único. Em caso de real necessidade de acompanhante durante as atividades externas, a referida cédula de identidade conterá a informação: "direito a acompanhante", a fim de garantir a fruição de seus benefícios discriminados nas leis pertinentes.

Art. 5º As despesas decorrentes na aplicação desta lei, no corrente exercício, correrão por conta das dotações orçamentárias próprias e suplementares, caso necessário.

Art. 6º Para emissão do presente documento de identificação, o interessado deverá providenciar, junto aos Órgãos designados pelo Executivo, o laudo médico estipulado no artigo 4º e encaminhá-lo ao órgão de identificação, com documento de identidade atual ou certidão de nascimento.

Art. 7º Todos os benefícios decorrentes de legislação em vigor que se destinem às pessoas portadoras de deficiência terão validade mediante a apresentação da

cédula de identidade em concordância com esta lei, sendo dispensado qualquer outro documento ou comprovação de deficiência.

§ 1º A partir da data de vigência desta lei o Poder Executivo fará implantar a presente de modo a garantir a emissão de novo documento, através de campanhas de divulgação.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15.08.2005.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

ALEXANDRE CURI - Relator

#### ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 339/2005, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação Radiofônica Cultural de Ouro Verde do Oeste - ARCOV, com sede no Município de Ouro Verde do Oeste, comarca de Toledo. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 339/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Radiofônica Cultural de Ouro Verde do Oeste - ARCOV, com sede no Município de Ouro Verde do Oeste e foro no Município de Toledo.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 15.08.2005.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

ALEXANDRE CURI - Relator

#### ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 376/2005, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Laranjal, com sede e foro no Município de Laranjal. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 376/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Laranjal, com sede no Município de Laranjal e foro no Município Palmital.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 15.08.2005.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

ALEXANDRE CURI - Relator

## **2ª Discussão**

### **ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 321/2005, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Promoção da Saúde do Sudoeste do Paraná, com sede e foro no Município de Chopinzinho. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

### **ITEM 07**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 370/2005, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, Mantenedora da Escola de Educação Especial de Apucarana, com sede e foro no Município de Apucarana. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

### **ITEM 08**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 416/2005, de autoria do Deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública a Associação de Massoterapeutas do Brasil - Massagistas, com sede e foro no Município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

### **ITEM 09**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 417/2005, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que declara de Utilidade Pública a Associação Antônio e Marcos Cavanis, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

### **ITEM 10**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 484/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 036/2004, que objetiva transformar a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, em autarquia, sob a denominação de Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER. PARECER CONTRÁRIO DA CCJ. PARECER FAVORÁVEL DA CF.

Sobre o referido projeto, emendas de plenário em nº de 04 (quatro), de autoria de vários Srs. Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

#### **EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 484/2004**

Modifique-se aos artigos abaixo, com a seguinte redação:

“Art. 6º O patrimônio, a receita, os saldos orçamentários e os funcionários são transferidos para a Autarquia transformada.

§ 1º O Poder Executivo encaminhará à Assembléia Legislativa dentro de 90 (noventa) dias, a contar da publicação da lei, o Plano de Cargos, Carreira e Salários do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER.

§ 2º Integrarão o referido Plano, os funcionários que não optarem pelo Plano de Demissão Voluntária proposta pelo Poder Executivo e que estejam oficialmente contratados pela Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/PR até a data de publicação desta Lei.

§ 3º É concedido aos atuais funcionários da EMATER/PR a garantia da estabilidade funcional por no mínimo de 5 (cinco) anos.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor após o que estabelece o § 1º do artigo 6º.”

Sala das Sessões, em 17.08.2005.

(aa) MARCOS ISFER, ARLETE CARAMÊS, WALDIR LEITE, AILTON ARAÚJO e RATINHO JÚNIOR

#### **EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02**

A presente emenda aditiva acrescenta, onde couber, artigo ao texto original do Projeto de Lei nº 484/2004, conforme redação a seguir:

“Art. - Fica o Poder Executivo responsável pela manutenção do patrimônio do plano de benefício da Fundação Assistencial Previdenciária da EMATER/PR - FAPA.”

Sala das Sessões, em 17.08.2005.

(aa) PADRE PAULO CAMPOS, AUGUSTINHO ZUCCHI, ANDRÉ VARGAS, JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, JOSÉ MARIA FERREIRA, DURVAL AMARAL, VALDIR ROSSONI, BARBOSA NETO, NELSON JUSTUS, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, RENI PEREIRA e ELIO RUSCH

#### **JUSTIFICATIVA:**

A presente emenda visa assegurar o direito adquirido, há mais de 24 anos pelos funcionários e até hoje mantida pela EMATER - Paraná e que já está incorporada à política de benefícios aos funcionários da empresa.

#### **EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO Nº 03**

A presente emenda supressiva tem por objetivo suprimir da redação original do Projeto de Lei 484/2004 seu artigo 10.

Sala das Sessões, em 17.08.2005.

(a) VALDIR ROSSONI

Líder da Oposição

**Apoiamento:**

José Domingos Scarpellini, Plauto Miró Guimarães, Augustinho Zucchi, Reni Pereira, Durval Amaral, Elio Rusch e Nelson Justus

**JUSTIFICATIVA:**

A supressão da expressão “revogadas as disposições em contrário”, contida no artigo 10, do Projeto de Lei 484/2004, justifica-se para efeito de adequar o Projeto de Lei, à técnica legislativa ditada pela Lei Complementar 95, de 25 de fevereiro de 1998, que define as normas gerais para elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do artigo 59 da Constituição Federal.

**EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 04**

Acrescente-se o seguinte artigo ao Projeto de Lei nº 484/2004, Mensagem nº 36/2004 a seguinte redação:

“Art.... O Poder Executivo abrirá, no prazo de 60 dias após aprovação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários, Edital de Concurso Público para a EMATER/PR.

Sala das Sessões, em 17.08.2005.

(a) ELTON CARLOS WELTER

**Apoiamento:**

Luciana Rafagnin, Padre Paulo Campos, Dobrandino da Silva, Marcos Isfer e Tadeu Veneri.

**O Projeto volta à CCJ, retornando na próxima semana ao Plenário.**

**1ª Discussão**

**ITEM 11**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 349/2004, de autoria do Deputado Barbosa Neto, que estabelece regras para anotação e registro de dados relativos a proprietários e aos condutores de veículos no Estado do Paraná, e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e SP. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 055/2005, de 21.09.2004).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 349/2004**

**P A R E C E R :**

O Projeto de Lei nº 349/2004 de autoria do Excentíssimo Sr. Deputado Barbosa Neto, tem por desígnio estabelecer regras para a anotação e registro de dados relativos aos proprietários e aos condutores de veículos no Estado do Paraná.

O projeto de lei ora sopesado, em verdade, elenca um rol de documentos hábeis para que possa ser realizada a comprovação da residência ou domicílio dos proprietários de veículos automotores.

Neste contexto, evidenciamos no corpo da proposição legislativa alguns elementos que podem restringir a salutar concretização do desiderato que pretende alcançar

o projeto. Assim sendo, tendo em vista a sua coerência e constitucionalidade, devem ser apresentadas emendas supressivas.

Neste contexto, justificando o posicionamento acima retratado, convém ressaltar que o título de eleitor não possui a capacidade de comprovação de residência, devendo ser excluído do rol de documentos.

Demais disso a redação do artigo 2º do projeto de lei pode cercear a comprovação de endereço de maneira demasiada, uma vez que exige que para a comprovação do endereço, somente serão aceitos documentos em nome de parente de 1º grau o cônjuge, caso o proprietário não possua comprovante em seu nome.

Diante da situação ora gizada, este Parlamentar manifesta-se de modo favorável em vista de constitucionalidade da matéria, nos termos do substitutivo geral ora apresentado.

Sala das Comissões, em 30.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
SUBSTITUTIVO GERAL AO  
PROJETO DE LEI Nº 349/2004**

Art. 1º Para os procedimentos de anotação e registro de dados relativos à propriedade e aos condutores de veículos cadastrados no Departamento de Trânsito do Estado do Paraná, consideram-se como documentos hábeis à comprovação de residência ou domicílio:

I - contas de água, luz ou telefone, expedidas no prazo máximo de noventa dias;

II - documentos expedidos por órgãos oficiais das esferas Municipal, Estadual ou Federal, expedidas no prazo máximo de noventa dias;

III - contrato de locação de imóveis em nome do interessado, registrado em cartório;

IV - correspondência de Instituição bancária, pública ou privada, ou ainda de administradora de cartão de crédito, cuja identificação (nome, endereço do titular) esteja impressa no próprio envelope (devidamente carimbado pelos Correios), com data de expedição de no máximo noventa dias;

V - qualquer correspondência expedida com Aviso de Recebimento (AR) que identifique o nome e endereço do destinatário no próprio envelope, carimbado pelos Correios, com data de expedição de no máximo noventa dias;

VI - certidão simplificada no prazo de validade, expedida pela Junta Comercial ou cartório de Registro de Títulos e Documentos, ou cópia da Ata de Assembléia devidamente registrada, conforme dispuser a legislação específica, em se tratando de pessoa jurídica de direito privado;

VII - termo de declaração do interessado, contendo pelo menos duas testemunhas também residentes no

município, cujos endereços estejam devidamente comprovados.

Parágrafo Único. As fotocópias de documentação poderão ser apresentadas sem a necessidade de autenticação, comprovando-se com os originais correspondentes.

Art. 2º A falsa declaração de domicílio para fins de registro, licenciamento ou habilitação está sujeita às sanções previstas no artigo 242 da Lei 9503/97 e no artigo 299 do Código Penal.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 30.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 349/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei é de autoria do Deputado Barbosa Neto, e tem como objetivo estabelecer regras para anotação e registro de dados relativos a proprietários e aos condutores de veículos no Estado do Paraná, e dá outras providências.

Tal matéria já foi devidamente analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça que exarou, sobre a mesma parecer favorável com substitutivo geral.

Chamada a opinar, esta Comissão de Segurança Pública de acordo com o artigo 33, parágrafo 9º do Regimento Interno desta Casa de Leis, entende este relator que conforme sugestões demonstradas por profissionais que militam na área e alegam dificuldades proporcionadas pelas regras existentes. Contudo, com o advento de tal propositura nos parece que tal proposta vem facilitar, tanto aos cidadãos que adquirem veículos quanto aqueles que atuam nesta área, e que buscam celeridade processual na transferência da documentação.

Pelo exposto, nosso parecer favorável a sua aprovação, seguindo o mesmo entendimento da Comissão de Constituição e Justiça, com o Substitutivo Geral por ela apresentado.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.08.2005.

(aa) DELEGASDO BRADOCK - Presidente

ELIO RUSCH - Relator

**ITEM 12**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 386/2005, de autoria do Deputado André Vargas, que declara de Utilidade Pública o GREDEV - Grupo de Evangelização Deus Vive, com sede e foro no Município de Londrina. PARE-

CER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 061/2005, de 15.06.2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 386/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado André Vargas, declara de Utilidade Pública Estadual o GREDEVI - Grupo de Evangelização Deus Vive, com sede e foro no Município de Londrina, Paraná.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somo de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 13**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 400/2005, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que declara de Utilidade Pública o Projeto Instituto Katana de Preservação a Natureza, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 064/2005, de 21.06.2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 400/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, declara de Utilidade Pública o Projeto Instituto Katana de Preservação à Natureza, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu, Paraná.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somo de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 14**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 410/2005, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que declara de Utilidade Pública a Associação de Assistência ao Deficiente Físico Vila Velha, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 065/2005, de 22.06.2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 410/2005

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Jocelito Canto, declara de Utilidade Pública a Associação de Assistência ao deficiente Físico Vila Velha, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, Paraná.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somo de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 15**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 446/2005, do Poder Executivo - Mensagem nº 034/2005, que dispõe sobre a reestruturação da tabela de vencimentos e vantagens do pessoal docente das Instituições Estaduais de Ensino Superior do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. (Publ. no DA nº 077/2005, de 08.08.2005, em Mensagens).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 446/2005

**P A R E C E R :**

**Relatório**

Trata-se de Mensagem do Governo nº 034/050 do Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, o qual versa sobre a reestruturação da tabela de vencimentos e vantagens do pessoal docente das Instituições Estaduais de Ensino Superior do Estado do Paraná.

**Fundamentação**

Chamada esta Comissão a manifestar-se de acordo com o disposto no artigo 35 do Regimento Interno, apura-se que o referido projeto busca atender aos superiores interesses públicos, refletindo as intenções das Secretarias de Estado da Administração e de Ensino Superior, dos Srs. Reitores das Universidades Públicas Estaduais, Diretores das Faculdades e professores. Os reajustes seguem uma metodologia lógica, atendendo, de fato, as necessidades emergentes no âmbito dos professores universitários.

A par disso, quanto a iniciativa para legislar sobre a matéria proposta depreende-se da Constituição Estadual em seu artigo 66, inciso I, a saber:

“Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponha sobre:

I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração.”

Diante do exposto acima, acerca da legitimidade do Poder Executivo em iniciar o processo legislativo, resta apurado que somente o Governador do Estado - Chefe do Poder Executivo, tem legitimidade para iniciar o processo destinado a reestruturar a tabela de vencimentos e vantagens do pessoal docente das Instituições Estaduais de Ensino Superior do Estado do Paraná.

A Constituição Federal por sua vez em seu artigo 24, inciso IX, traz a competência concorrente aos Estados a possibilidade para legislar, conforme previsão:

“Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

IX - educação, cultura e desporto;”

Em última análise, não se vislumbra no teor do projeto em epígrafe o respectivo impacto orçamentário, da mesma forma que na justificativa não fica claro quais os efeitos financeiros que virão em decorrência da aplicação dos percentuais previstos no Projeto, fazendo com que a pretensão se torne ilegal, diante do que REQUER-SE seja encaminhado pedido de informações a Exma. Sra. Maria Marta Renner Weber Lunardon - MD, Secretária de Estado da Administração e Planejamento, para que seja informado os valores referentes ao impacto orçamentário do projeto em tela.

**Da Conclusão**

Diante do exposto, esta Comissão de Constituição e Justiça REQUER seja encaminhado pedido de informações a Exa. Sra. Maria Marta Renner Weber Lunardon - MD. Secretária de Estado da Administração e Planejamento, para que nos indique os respectivos valores referentes ao impacto orçamentário do Projeto de Lei nº 446/2005, para posterior análise, devidamente fundamentada.

Acolhendo a emenda do Deputado Barbosa Neto e Durval Amaral.

Sala das Comissões, em 16.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DELEGADO BRADOCK - Relator

**Apoiamento:**

Luiz Carlos Martins, Duílio Genari, Ailton Araújo, José Maria Ferreira, Hermes Fonseca, Elton Carlos Welter, Ratinho Júnior, Barbosa Neto, Plauto Miró Guimarães.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA ADITIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 446/2005

Acrescente-se ao artigo 7º do Projeto de Lei nº 446/2005, o qual altera o artigo 6º da Lei Estadual nº 12.457, de 18 de janeiro de 1999, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º O artigo 6º da Lei Estadual nº 12.457, de 18 de janeiro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º Fica instituída a Gratificação de Plantão ao Docente - GPD, a ser paga ao professor de Ensino Superior da IES que realiza plantões nas especialidades de

Farmacêutico, Farmacêutico-Bioquímico, Cirurgião Dentista, Médico, Médico Veterinário, Fisioterapeutas e Enfermeiros.”

Sala das Comissões, em 16.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DELEGADO BRADOCK - Relator

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de emenda aditiva que busca a paridade no tratamento aos professores que desempenham trabalhos em forma de plantões, pois fica claro que não somente os professores, farmacêuticos-bioquímicos, cirurgião dentista, médico e médico veterinário, mas também os farmacêuticos, fisioterapeutas e enfermeiros realizam plantões e, a fim de dar tratamento justo e não causar desigualdade é que se busca estender a pretensão do Governo do Estado aos demais profissionais, professores, que laboram em escalas de plantão.

Diante do que se justifica a emenda aditiva.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA MODIFICATIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 446/2005

Altere-se a redação dos artigos 1º e 7º do Projeto de Lei nº 446/2005, que altera o parágrafo terceiro da Lei Estadual nº 11.713, de 07 de maio de 1997, e o artigo 6º da Lei Estadual nº 12.457, de 18 de janeiro de 1999, passando os mesmos, respectivamente, a vigorar da seguinte maneira:

“Art. 1º O parágrafo 3º do artigo 3º da Lei Estadual nº 11.713, de 07 de maio de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 3º O ingresso na carreira docente do Magistério do Ensino Superior se dará no cargo previsto na lei, integrando o servidor um dos regimes de trabalho: parcial, tempo integral 40h (quarenta horas) semanais ou Tempo Integral e Dedicação Exclusiva - TIDE.

VII - ao docente em regime de Tempo Integral de Dedicação Exclusiva - TIDE - é permitido:

f) o desempenho da prestação de serviços de plantão de até 8 (oito) plantões mensais, cada qual de 6 (seis) até 12 (doze) horas consecutivas, sem prejuízos das atividades docentes, não podendo haver superposição de remuneração.”

“Art. 7º O artigo 6º da Lei Estadual nº 12.457, de 18 de janeiro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 3º O plantão terá duração de 6 (seis) até 12 (doze) horas consecutivas, sem prejuízo das atividades docentes, não podendo haver superposição de remuneração.”

Sala das Comissões, em 16.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DELEGADO BRADOCK - Relator

Apoiamento:

Barbosa Neto.

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 446/2005

P A R E C E R :

**Relatório**

O presente plano de lei é da lavra do Poder Executivo, através da Mensagem nº 34/2005, que trata da reestruturação da tabela de vencimentos e vantagens do pessoal docente das Instituições Estaduais de Ensino Superior do Estado do Paraná, conforme especifica.

**Fundamentação**

Tal matéria já foi devidamente analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça que exarou parecer favorável, com a inclusão de Emendas.

**Conclusão**

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, conforme consta no parágrafo 3º, do artigo 33 do Regimento Interno, verificou que o projeto em tela, não encontra nenhum óbice quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis. E ainda, ressalte-se que a proposta cumpre o disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Informa também, que com a implantação da medida a despesa com o pessoal das IIES corresponderá a 9,9% do total da folha do Poder Executivo.

Sendo assim, é o nosso parecer favorável ao projeto de lei em questão, seguindo o mesmo entendimento da douta Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.08.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Em votação.

**O SR. MARCOS ISFER (PPS) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, eu só quero parabenizar o Governo do Estado, mas principalmente esta Casa, porque este projeto que nós estamos votando hoje é fruto das discussões, que sobre a Presidência do Deputado Ademir Bier, da Comissão de Orçamento, com a presença do Deputado José Maria Ferreira, do Deputado André Vargas, vários Deputados, que compõem a Comissão de Orçamento, possibilitaram que houvesse disponibilidade dos recursos para a disponibilidade de vinte e seis milhões de reais que é o valor total do que nós estamos votando hoje para todas as universidades estaduais. Então, quero parabenizar, na figura do Presidente Hermas Brandão, todos os Deputados estaduais, pela disponibilidade que propiciaram desta lei ser aprovada na data de hoje.

**A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) (Para Encaminhar)**

Concordando integralmente com a fala do companheiro Isfer, que eu acho que a Assembléia Legislativa deu um passo importantíssimo no resgate dos direitos dos professores, apesar de entender que ainda há muita luta pela frente, que esse reajuste é bom, mas minimiza apenas o problema, as perdas salariais ainda são muito grandes nas

universidades. Mas, queria acrescentar à lista feita pelo Deputado Marcos Isfer os sindicatos que tiveram papel fundamental, estiveram presentes aqui o tempo todo durante toda essa luta que começou em fevereiro de 2004. E, finalmente hoje colhemos os frutos desse caminhar longo e importante com o Governador Roberto Requião.

Muito obrigada!

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Tivemos o privilégio de relatar o Projeto nº 446.

Sem dúvida nenhuma foi uma luta dos funcionários e também uma tenaz decisão do Governo em reestruturar, em reorganizar e em permitir consciência no aumento que eleva para 9,92% o dispêndio das universidades em relação ao total da folha do Executivo.

Aqui está o Paraná dando uma resposta afirmativa em relação à responsabilidade que tem com o terceiro grau. Foi uma correção dentro dos limites que suportam o erário público do Estado do Paraná, mas uma correção substancial que permite que as nossas universidades, através dos nossos docentes, possam continuar o trabalho que prestaram à sociedade paranaense.

Parabéns ao Governo! Parabéns à Secretaria! Parabéns aos docentes que estiveram pressionados e encaminharam o processo de negociação para que chegássemos a um bom termo. É assim que é o processo democrático. A discussão, a tolerância e a paciência produzem o resultado que estamos vendo hoje. Espero também que esta mesma afirmativa possamos fazer daqui a três meses em relação à reestruturação da EMATER.

Muito obrigado!

O SR. ELTON WELTER (PT) (**Pela Ordem**)

Gostaria de registrar a presença da Prefeita Normilda e sua assessoria de Pato Bragado.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nossas boas-vindas e também aos nossos companheiros de Palotina, Jataizinho.

O SR. TADEU VENERI (PT) (**Para Encaminhar**)

Apenas para registrar, porque entendo que o projeto que votamos agora é fruto do esforço de toda a Assembléia Legislativa. Justamente esse esforço que permite primeiro: que tenhamos recursos já locados no orçamento. Segundo: da luta feita pelos reitores das universidades, pelos sindicatos, professores e funcionários que há dois anos e meio vêm buscando aqui nesta Casa e fora o apoio para que pudéssemos ter esse plano hoje votado.

Acredito que esse processo é fruto de um trabalho conjunto, e que merece ser reconhecido, por isso estamos aqui para votar favoravelmente ao projeto.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Encerrada a discussão. Em votação. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

### **Discussão Única (Indicação)**

#### **ITEM 16**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 014/2004, de autoria da Deputada Elza Correia, que solicita providências visando à construção de um distrito policial na zona sul de Londrina. **Aprovada. (Publ. no DA nº 036/2005, de 03/05/2004)**

#### **ITEM 17**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 028/2004, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que sugere a instalação de um posto e atendimento do DETRAN em todos os Municípios do Estado do Paraná que são sede de comarcas e possuem 4.000 (quatro mil) ou mais veículos em circulação. **Aprovada. (Publ. no DA nº 099/2005, de 09/11/2004).**

### **Requerimentos**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2304, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2306, de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2308 a 2315, 2321, 2322, 2340 a 2342 e 2355, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2319, de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2320, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2323 a 2325, de autoria do Deputado Waldir Leite, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2329, de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2333, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2327 e 2344, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2346, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.



Requerimentos n°s 2348 e 2349, de autoria do Deputado Reni Pereira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2350 e 2351, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2318, 2352, 2353, 2354 e 2357, de autoria do Deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2359, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2361, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. MARCOS ISFER (PPS)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, apenas para anunciar a presença do Prefeito Edson Luiz Bagetti, Pérola d'Oeste, que nos honra com a sua presença nesta Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrada a visita do ilustre Prefeito.

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, peço a sua compreensão, mas acaba de chegar em minhas mãos o jornal Gazeta do Paraná e quero pedir para que a Procuradoria da Assembléia Legislativa entre com um processo judicial, em meu nome, porque estou sendo acusado, levemente, por esse jornal.

Permita-me que leia só um trechinho, muito rapidamente. Diz assim: "O Deputado Natálio Stica poderia ocupar melhor o seu tempo se colaborasse com a Gazeta do Paraná na tarefa de identificar o Deputado Estadual paranaense que teria recebido uma quantia a estimada em um milhão e meio de reais no gabinete dele, Stica, na Assembléia Legislativa, para que a PETROBRAS concordasse em consorciar com outras três empreiteiras de obras públicas, que estão sendo realizadas obras de pavimentação asfáltica em rodovias do Paraná".

Sr. Presidente, peço que o senhor ajude para que a Procuradoria da Assembléia, o mais rápido possível, entre com uma ação contra esse jornal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu peço a V. Exa. que encaminhe a esta Presidência. Esta Presidência vai tomar as devidas providências, mas gostaria que V. Exa. oficializasse com um requerimento de sua autoria.

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

O farei imediatamente.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, Pela Ordem.

(Assentimento)

Somente comunicando e, automaticamente já convocando aos senhores Deputados que compõem a Comissão de Constituição e Justiça, para na próxima segunda-feira, às 13h30min, comparecerem à Sessão Extraordinária que a CCJ realizará com intuito de deliberar sobre os projetos constantes da Ordem do Dia que já está sendo elaborada. Inclusive, Sr. Presidente, as emendas ao projeto da autarquização da EMATER.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Agradeço a gentileza de V. Exa. de antecipar de terça-feira para segunda-feira a reunião da CCJ.

### ***Encerramento da Sessão:***

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 015, 180, 299, 308, 331, 338, 424 e 425/2005.

1ª DISCUSSÃO - dos projetos de Lei n°s 247, 351 e 394/2005.

Levanta-se a Sessão.



**DIÁRIO Nº 084****SUMÁRIO****Mesa Executiva ..... 02****Presenças ..... 02****Abertura da Sessão Ordinária .....****Ordem do Dia:**

Discussão / Votação:

Redação Final.....

1ª Discussão.....

**Encerramento da Sessão Ordinária.....****Publicações:**

Diretoria Geral:

Despacho do Diretor.....

Atas de Comissão

Constituição e Justiça.....

Tomada de Contas.....

Dir. Humanos, da Cidadania e

de Defesa do Consumidor.....

**079ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 079ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
17 DE AGOSTO DE 2005**

*(quarta-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelos Srs. Deputados Antonio Anibelli e Geraldo Cartário.

**Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock,

Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (49). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Ademmar Traiano, Cida Borghetti, Jocelito Canto, Luiz Nishimori e Rafael Greca (05).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

**Abertura da Sessão Ordinária:****O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. 2º SECRETÁRIO**

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

**O SR. 1º SECRETÁRIO**

Procede à leitura do seguinte

**Expediente:****O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Não há expediente a ser lido, nem oradores inscritos.

**Ordem do Dia:**

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 48 Srs. Deputados.

**Discussão/Votação**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**Redação Final****ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 015/2005, de autoria do Deputado Natálio Stica, que declara de Utilidade Pública a AFEPAR - Associação dos Ferroviários de Paranaguá, com sede e foro no Município de Paranaguá. **Aprovado. (Publ. no DA nº 001/2005 de 16.02.2005).**

**ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 180/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de

Utilidade Pública a Associação de Proteção a Maternidade e a Infância - APMI, com sede e foro no Município de Coronel Domingos Soares. **Aprovado. (Publ. no DA nº 026/2005 de 13.04.2005).**

#### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 299/2005, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública, Associação dos Coletores e Seleccionadores de Resíduos Sólidos de Matinhos - ANCRESMAT, do Município de Matinhos. **Aprovado. (Publ. no DA nº 045/2005 de 18.05.2005).**

A SRA ELZA CORREIA (PMDB)

Pela Ordem, Sr. Presidente, só para um esclarecimento.

Na nossa pauta agora, eu imaginava que fosse entrar este projeto que acabamos de votar. Não necessariamente? Dos professores?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Terça-feira retornará porque segunda-feira não terá votação em plenário. Só teremos audiência pública, conforme requerimento aprovado anteriormente por esta Casa.

Terça-feira com certeza vamos votar, não deverá ter emendas e concluímos a votação na terça-feira.

#### ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 308/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que prorroga o prazo de recebimento de requerimento disposto na Lei nº 11.255, de 21 de dezembro de 1995, alterada pelas Leis nºs 13.570 e 14.552, que trata de indenização às pessoas detidas sob acusação de terem participado de atividades políticas. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 308/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica prorrogado o prazo até o dia 31 de outubro do corrente ano, para o recebimento pela Comissão Especial especialmente constituída pela Lei nº 11.225/95, dos requerimentos das pessoas detidas sob acusação de terem participado de atividades políticas, entre os dias 02 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e que tenham ficado sob a responsabilidade e guarda dos órgãos públicos do Estado do Paraná ou em quaisquer de suas dependências, conforme o disposto pela Lei nº 11.255, de 21 de dezembro de 1995, alterada pelas Leis de nºs 13.570, de 21 de maio de 2002 e 14.552, de 02 de dezembro de 2004.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 17.08.2005.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

#### ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 331/2005, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes Físicos de Araucária - ADEFAR, com sede e foro no Município de Araucária. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 331/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica declara de Utilidade Pública a Associação das Pessoas Portadoras de Deficiência Física de Araucária - ADEFAR, com sede e foro no Município de Araucária.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 17.08.2005.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

#### ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 338/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação Guarapuavana de Apoio ao Toxicômano e Alcoólatra, com sede e foro no Município de Guarapuava. **Aprovado. (Publ. no DA nº 051/2005 de 31.05.2005).**

#### ITEM 07

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 424/2005, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que declara de Utilidade Pública a Associação Rádio Comunitária Anawim, localizada na Rua Pernambuco, 111, centro, com sede e foro no Município de Francisco Beltrão. **Aprovado. (Publ. no DA nº 070/2005 de 29.06.2005).**

#### ITEM 08

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 425/2005, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no Município de Itaguagé e foro no Município de Colorado. **Aprovado. (Publ. no DA nº 070/2005 de 29.06.2005).**

## 1ª Discussão

### ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 247/2005, de autoria do Deputado André Vargas, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Funcionários do IAPAR, com sede e foro no Município de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 036/2005 de 03.05.2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 247/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado André Vargas, declara de Utilidade Pública a Associação dos Funcionários do IAPAR - AFI, com sede e foro no Município de Londrina, Paraná.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

### ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 351/2005, de autoria do Deputado Natálio Stica, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Agudos do Sul, com sede e foro no Município de Agudos do Sul. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 055/2005 de 06.06.2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 351/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Natálio Stica, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Agudos do Sul, com sede e foro no Município de Agudos do Sul.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

Sala das Comissões, em 10.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 351/2005

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Agudos do Sul, com sede no Município de Agudos do Sul e foro no Município de Fazenda Rio Grande.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 10.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

### ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 394/2005, de autoria do Deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública o Provopar - Ação Social de Mercedes - PR, com sede no Município de Mercedes, à Rua Oswaldo Cruz, 757 - Centro, e foro no Município de Marechal Cândido Rondon. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 063/2005 de 20.06.2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 394/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Ademir Bier, declara de Utilidade Pública a Provopar - Ação Social de Mercedes-PR, com sede no Município de Mercedes e foro no Município de Marechal Cândido Rondon, Paraná.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

Quero informar aos Srs. Parlamentares, que segunda-feira teremos audiência pública, neste plenário, a partir de 14h30.

Na terça-feira voltaremos à conclusão do projeto das universidades e da EMATER também, para deixar bem claro aos Srs. Parlamentares.

Reafirmo aqui ao pessoal das universidades, que terça-feira votaremos o projeto, em 2ª Discussão e com certeza concluiremos a votação na terça-feira, como também o projeto da EMATER, conforme entendimento com os membros da Comissão de Constituição e Justiça.

## ***Encerramento da Sessão:***

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 23 à hora regimental, com a seguinte

### **ORDEM DO DIA:**

#### **VOTAÇÃO EM:**

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 484 e 349/2004; 247, 351, 386, 394, 400, 410 e 446/2005.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 250/2004; 200 e 428/2005; do Projeto de Lei Complementar nº 118/2005 e do Projeto de Resolução nº 015/2005.

Levanta-se a Sessão.

## ***Publicações:***

### ***Diretoria Geral***

#### ***Despacho do Diretor Geral***

PROCESSO Nº 5226/2005

Requerente: ELCIO CARLOS SANCHES

Assunto: Solicitação de contagem de licença prêmio.

Data: 30.06.2005.

Despacho:

1) Indefiro, nos termos do parecer do gabinete da Procuradoria.

2) Ao DSE para publicação.

3) Ao DA p/arquivar.

Em 15.08.2005.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

### ***Atas de Comissão***

#### ***Constituição e Justiça***

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATIVA  
7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos três dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Ailton Araújo, Duílio Genari, Hermes Fonseca, José Maria Ferreira, Nelson Justus, Ratinho Júnior e Reni Pereira. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a Ata da última

reunião ordinária em votação - APROVADA, após solicitação de dispensa da leitura pelo Deputado Delegado Bradock. passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 147/2005, de autoria do Deputado Jocelito Canto. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 231/2005, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Ailton Araújo - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 259/2005, de autoria do Deputado Tadeu Veneri. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Ratinho Júnior, lido pelo Deputado Reni Pereira - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 260/2005, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini. O Deputado Hermes Fonseca solicita vistas - concedidas pela Presidente; 05) Projeto de Lei nº 272/2005, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Ratinho Júnior, lido pelo Deputado Reni Pereira - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 293/2005, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO, com voto contrário dos Deputados Hermes Fonseca e José Maria Ferreira; 07) Projeto de Lei nº 340/2005, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini e Projeto de Lei nº 349/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock. Parecer CONTRÁRIO do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 227/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock e Projeto de Lei nº 345/2005, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ailton Araújo - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 303/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus, na forma da emenda anexa - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 242/2005, de autoria do Deputado Jocelito Canto. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Nelson Justus - APROVADO, com abstenção do Deputado Hermes Fonseca; 11) Projeto de Lei nº 308/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 314/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ratinho Júnior - APROVADO, voto contrário do Deputado Hermes Fonseca; 13) Projeto de Lei nº 316/2005, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Ademar Traiano, lido pelo Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 330/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ailton Araújo - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 364/2005, de autoria do Deputado Cesar Seleme. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 371/2005, de autoria do Deputado Ratinho Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 378/2005, de autoria do Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ratinho Júnior - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 385/2005, de autoria do Tribunal de Justiça. Os Deputados José Maria Ferreira e Hermes Fonseca solicitam vistas - Concedidas pelo Presidente; 19) Proposição Veto nº 051/2005, de autoria do

Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário, do Deputado Ademar Traiano, lido pelo Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 20) Proposição Veto nº 052/2005, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário, do Deputado Ailton Araújo - APROVADO; 21) Proposição Veto nº 053/2005, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário, do Deputado Barbosa Neto - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATIVA  
8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Ailton Araújo, Duílio Genari, Hermes Fonseca, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Martins, Delegado Bradock, Ratinho Júnior e Reni Pereira. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a Ata da última reunião extraordinária em votação - APROVADA, após solicitação de dispensa da leitura pelo Deputado Delegado Bradock, retificando a Ata da 7ª reunião extraordinária, do dia 03.08.2005, onde deveria conter o item nº 22) Projeto de Lei nº 137/2005, de autoria do Deputado Mauro Moraes. O Deputado José Maria Ferreira solicita vistas - Concedidas pelo Presidente. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 137/2005, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Ratinho Júnior - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 320/2005, de autoria do Deputado Ratinho Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Delegado Bradock - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 158/2005, de autoria da Deputada Arlete Caramês. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 292/2005, de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Os Deputados Delegado Bradock e José Maria Ferreira solicitam vistas - Concedidas pelo Presidente; 05) Projeto de Lei nº 301/2005, de autoria da Deputada Arlete Caramês. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO, com abstenção de voto do Deputado Hermes Fonseca; 06) Projeto de Lei nº 315/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock e Projeto de Lei nº 344/2005 de autoria do Deputado Mauro Moraes. O Deputado Luiz Carlos Martins solicita vistas - Concedida pelo Presidente; 07) Projeto de Lei nº 348/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura. O Deputado José Maria Ferreira solicita vistas - Concedida pelo Presidente; 08) Decreto

Legislativo nº 03/2005, de autoria do Deputado Elio Rusch. Os Deputados José Maria Ferreira e Hermes Fonseca solicitam vistas - Concedidas pelo Presidente; 09) Projeto de Lei nº 346/2005, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 253/2005, de autoria do Deputado Waldir Leite. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 177/2004, de autoria do Deputado Ademir Bier. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Nelson Justus, lido pelo Deputado Duílio Genari - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 329/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer do Deputado Nelson Justus, lido pelo Deputado Duílio Genari - APROVADO parecer pela inconstitucionalidade do projeto; 13) Projeto de Lei nº 353/2005, de autoria do Deputado Ratinho Júnior. O Deputado Reni Pereira solicita vistas - Concedidas pelo Presidente; 14) Projeto de Lei nº 355/2005, de autoria do Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Delegado Bradock - APROVADO, com voto contrário do Deputado José Maria Ferreira e abstenção do Deputado Hermes Fonseca; 15) Projeto de Lei nº 367/2005, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto, na forma da emenda anexa - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 401/2005, de autoria do Deputado Mauro Moraes. O Deputado José Maria Ferreira solicita vistas - Concedida pelo Presidente; 17) Projeto de Lei nº 420/2005, de autoria do Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira, na forma da emenda substitutiva anexa - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 428/2005, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 429/2005, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 446/2005, de autoria do Poder Executivo. O Deputado Delegado Bradock, Relator, solicita conversão da matéria em diligência junto à Secretaria de Estado da Administração - DEFERIDA pelo Presidente; 21) Projeto de Lei nº 389/2005, de autoria do Deputado Chico Noroeste. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Barbosa Neto - APROVADO, com abstenção de voto do Deputado Reni Pereira; 22) Projeto de Lei nº 390/2005, de autoria do Deputado Chico Noroeste. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Barbosa Neto - APROVADO, com abstenção de voto do Deputado Reni Pereira; 23) Projeto de Lei nº 15/2005, de autoria do Deputado Natálio Stica. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 180/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 247/2005, de autoria do Deputado André Vargas. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 299/2005, de autoria do Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 321/2005, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari -

APROVADO; 28) Projeto de Lei nº 331/2005, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari à emenda de Plenário - APROVADO; 29) Projeto de Lei nº 338/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 30) Projeto de Lei nº 351/2005, de autoria do Deputado Natálio Stica. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 31) Projeto de Lei nº 370/2005, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 32) Projeto de Lei nº 386/2005, de autoria do Deputado André Vargas. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 33) Projeto de Lei nº 394/2005, de autoria do Deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 34) Projeto de Lei nº 400/2005, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 35) Projeto de Lei nº 410/2005, de autoria do Deputado Jocelito Canto. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 36) Projeto de Lei nº 416/2005, de autoria do Deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 37) Projeto de Lei nº 417/2005, de autoria do Deputado Jocelito Canto. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 38) Projeto de Lei nº 424/2005, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 39) Projeto de Lei nº 425/2005, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretária

### ***Tomada de Contas***

#### **COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos dezesseis dias do mês de agosto de dois mil e cinco, às dez horas e trinta minutos, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Tomadas de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para sua quinta Reunião Ordinária, com a presença dos Srs. Deputados membros da Comissão, abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte Pauta: Proposição nº 71/2005. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o Sr. Presidente da Comissão, Deputado Duílio Genari, abriu a reunião passando a palavra ao Sr. Deputado Ademar Traiano, Relator da Proposição nº 71/2005, relativa à prestação de contas da verba de ressarcimento dos Srs. Deputados, conforme Resolução nº 003/2004,

em seu artigo 14, referente aos meses de junho e julho de 2005. Considerando as análises expendidas, conclui o Relator, que as contas encontram-se exatas, atendendo à legislação em vigor, concluindo pelo parecer favorável, no que foi acompanhado por todos. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, e, para constar e exercer os efeitos legais, eu, Maria Regina Subtil, secretariei a reunião e lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente da Comissão, Srs. Deputados presentes, e, por mim, secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente  
Maria Regina Subtil - Secretária

### ***Direitos Humanos, da Cidadania e de Defesa do Consumidor***

#### **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, DA CIDADANIA E DE DEFESA DO CONSUMIDOR 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos dezessete dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania e de Defesa do Consumidor, sob a presidência do Deputado José Domingos Scarpellini. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguinte Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 418/2004, de autoria do Deputado Ademar Traiano. Relator Deputado Barbosa Neto. PARECER - FAVORÁVEL; Projeto de Lei nº 235/2005, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Relator Deputado Barbosa Neto. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; Projeto de Lei nº 185/2005, de autoria do Deputado Natálio Stica. Relator Deputado Barbosa Neto. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; Projeto de Lei nº 306/2004, de autoria do Deputado Rafael Greca. Relator Deputado Barbosa Neto. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; Projeto de Lei nº 200/2005, de autoria do Deputado Marcos Isfer. Relator Deputado Barbosa Neto. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; Projeto de Lei nº 096/2004, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães. Relator Deputado Barbosa Neto. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; Projeto de Lei nº 142/2005, de autoria do Deputado Jocelito Canto. Relator Deputado Barbosa Neto. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; Projeto de Lei nº 258/2005, de autoria do Deputado Carlos Simões. Relator Deputado Barbosa Neto. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; Projeto de Lei nº 250/2004, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos. Relator Deputado Barbosa Neto. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, para que produza os efeitos legais.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI  
Presidente